cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.11.27 06:00:01 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 27 de novembro de 2026 • Nº 2433 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Marketing em 2027: inteligência artificial

PÁGINA 5

MAIS SEGURANÇA

Pix terá novas regras a partir de 2027

O Banco Central (BC) prepara mudanças que incluem o aprimoramento do Pix Automático, medidas para combater mensagens ofensivas enviadas junto às transferências e ferramentas para identificar fraudes e facilitar a devolução de dinheiro enviado por engano. As novidades foram apresentadas ontem, durante a 29ª Reunião Plenária do Fórum Pix, que também apresentou o balanço das medidas implementadas em 2026 e as diretrizes para o próximo ano. Uma das prioridades será a regulamentação das mensagens enviadas junto às transferências Pix. Atualmente, os usuários podem acrescentar textos ao realizar pagamentos. Entretanto, o recurso também pode ser utilizado para enviar ameaças, ofensas e mensagens intimidatórias. Para combater esse tipo de prática, o Banco Central desenvolverá regras e soluções tecnológicas. PÁGINA 2

CARACTERÍSTICAS

Inca lança Atlas sobre câncer em brasileiros

Tomar chimarrão bem quente é um hábito de muita gente que vive no Sul do Brasil. Pesquisas sobre saúde, no entanto, têm demonstrado que tomar a bebida acima de 65°C com frequência pode causar câncer de esôfago. O desenvolvimento dos vários tipos de cânceres resulta de uma interação complexa entre fatores genéticos, ambientais, comportamentais e sociais que varia de lugar para lugar. Para reunir dados da população brasileira sobre a doença e desenvolver tratamentos, remédios e mesmo métodos de prevenção que funcionem melhor, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) lançou ontem, no Rio de Janeiro, o Atlas Tumoral da População Brasileira. PÁGINA 5

R$ 2,09 BILHÕES

CMO aprova relatório do Orçamento de 2027 com corte

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional aprovou ontem o relatório preliminar do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, que prevê o cancelamento de R$ 2,09 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) do Executivo federal para atender emendas parlamentares. O relator-geral, senador Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que pretende recompor recursos de áreas prioritárias, como saúde, educação e assistência social, durante a tramitação da proposta. O corte representa 0,78% das despesas discricionárias do Executivo e poderá atingir ministérios como Saúde e Infraestrutura, além de programações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). PÁGINA 6

PRESSÃO DOS MERCADOS

Trabuco aceita convite de Lula e será novo ministro da Fazenda

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



O Palácio do Planalto confirmou, em nota, que o banqueiro Luiz Carlos Trabuco Cappi (**foto**), de 75 anos, aceitou o convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o Ministério da Fazenda no próximo mandato. A confirmação ocorreu durante uma reunião ontem entre os dois no Palácio da Alvorada. O atual ministro da Fazenda, Dario Durigan, e o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, também estiveram no encontro. Atualmente, presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Trabuco é um dos nomes mais próximos de Lula no mercado financeiro. A escolha ocorre em meio às discussões sobre responsabilidade fiscal, juros e os rumos da política econômica do próximo governo. A chegada do banqueiro ao comando da Fazenda é vista com expectativa pelo mercado financeiro. ontem aBovespa subiu 6,07%. O dólar comercial recuou para R$ 5,744, com queda de 1,25%. A confirmação de Trabuco para a Fazenda representa a aproximação de um executivo com longa trajetória no sistema financeiro ao comando da política econômica do governo Lula. A aproximação entre Lula e Trabuco não é recente. O executivo integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, conhecido como Conselhão, criado para reunir representantes do governo, empresários e integrantes da sociedade civil.

2026

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Turismo estrangeiro injeta R$ 53 bilhões na economia

Os gastos de visitantes estrangeiros no Brasil somaram US$ 9,247 bilhões (R$ 53,8 bilhões) nos dez primeiros meses do ano. O valor é o maior já registrado para o período, de acordo com o Ministério do Turismo. O levantamento da pasta tem como base os dados oficiais do setor externo, divulgados ontem pelo Banco Central. O resultado representa uma alta de 9,3% na comparação com os US$ 8,456 bilhões (R$ 49,2 bilhões, na cotação atual do dólar) verificados de janeiro a outubro de 2025. O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano (**foto**), destaca que os gastos de visitantes internacionais movimentam toda a cadeia produtiva do setor, beneficiando atividades de norte a sul do país. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA (6,01%) / 176.707,23 / 10.022,62 / Volume: 36.156.721.630 / Negócios: 5.275.057

Ativo

	Preço	%	Oscil.
RIBE6L	0,010		
BBDC4	15,83	+11,56	+1,64
CLFC6L	0,350		
COGN3	1,83	+10,91%	+0,18
MGLU3	9,65	+3,88%	+0,36

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
ONCO11F	0,110	+37,50	+0,030
FSTU11	0,20	+33,33	+0,05
AZTE3F	0,730	+25,86	+0,150
AZTE3	0,720	+20,00	+0,120
HBRE3F	1,420	+19,33	+0,230

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
LIGT3	2,78	–13,13	–0,42
FSRF11F	0,07	–12,50	–0,01
AALR3	0,56	–12,50	–0,08
FSRF11	0,08	–11,11	–0,01
WDCN3F	2,170	–9,96	–0,240

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	50.182,95	+0,33
S&P 500	7.182,78	-0,25
US Tech 100	25.462,88	-0,24
Euronext 100	1.822,03	+1,88
CAC 40	8.108,74	+1,61
FTSE 100	10.609,3	+1,75

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	1,47% (out.)	**EURO turismo**	
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA-15**	0,32% (out.)	Compra 6,3790	Venda: 6,5590
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(05/11)	13,75%	(05/11)	13,65%	Compra: 5,7446	-2,34%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(27/11)	0,1692%	BM&F/grama/RJ	R$ 660,22	Compra: 5,7435	Venda: 5,7441
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(27/11)	0,6700%	Compra: 6,3014	Venda: 6,3020	Compra: 5,7844	Venda: 5,9644

MERCADOS

Efeito Trabuco faz Bovespa ter maior alta desde 1º turno

JULIANA MACHADO/AE

Uma combinação de sinalizações positivas do governo em relação à condução da política fiscal, dados de inflação melhores do que o esperado e fortes especulações em torno do comando do Ministério da Fazenda desencadeou um movimento generalizado de alta na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ontem. Essa soma de fatores levou o Ibovespa (Índice Bovespa) a ter a maior alta diária desde o dia 5 de outubro (+7,7%), logo após o primeiro turno das eleições presidenciais.

Nos minutos finais do pregão, o índice renovou sucessivas máximas, tocando o pico de 177.024,45 pontos. No fechamento, subiu 6,07%, aos 176.799,84 pontos. Com ganho acumulado de 7,75% nos últimos dois pregões, o Ibovespa mais do que anulou as perdas de 3,37% registradas nas quatro sessões anteriores. O volume financeiro permaneceu baixo durante toda a sessão e ganhou força na reta final do dia, somando R$ 25 bilhões, dando o tom da sensibilidade dos investidores às notícias no campo político. No mês, o índice sobe 5,29%; no ano, 9,73%.

O setor bancário foi um dos principais responsáveis pelo desempenho do índice, diante da possibilidade de o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, assumir o Ministério da Fazenda. As especulações favoreceram não apenas os papéis do banco, mas também Itaú Unibanco e BTG Pactual. O índice do setor financeiro na bolsa disparou 8,98%.

DÓLAR

O dólar emendou o quarto pregão consecutivo de queda ontem e fechou abaixo de R$ 5,80 pela primeira vez em quase 10 dias.

Em queda desde a abertura dos negócios, o dólar à vista, após recuar a mínima de R$ 5,7117, terminou o pregão em baixa de 1,26%, a R$ 5,7435 - menor valor de fechamento desde o último dia 13. A moeda americana cai 3,23% frente ao real na semana, mas ainda acumula valorização de 5,5% no mês. Com a recuperação nos últimos dias, porém, a moeda brasileira passou a apresentar, em novembro, perdas semelhantes às do peso mexicano e inferiores às do peso colombiano.

O dólar futuro para dezembro aprofundou o ritmo de queda por volta das 17h20 e renovou mínima na casa de R$ 5,61 em meio à notícia de que Trabuco chegou a Brasília nesta tarde para encontrar o presidente Lula no Palácio do Alvorada. Terminou a sessão em queda de 2,83%, a R$ 5,6570 - bem abaixo da cotação do fechamento à vista.

Os estrategistas do grupo espanhol BBVA ressaltam que o real tem apresentado desempenho superior ao de seus pares nos últimos dias. Além da contribuição da intervenção do Banco Central, que na quarta vendeu US$ 2 bilhões em linhas cambiais, a possibilidade de Trabuco assumir a Fazenda dá força à moeda brasileira - por se tratar de um nome mais ao gosto do mercado que o do vice-presidente Geraldo Alckmin ou o do governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles.

"Uma nomeação como essa, junto com uma emenda constitucional para conter o crescimento dos gastos obrigatórios e indicações sólidas para vagas em aberto no Copom (Comitê de Política Monetária), seria algo realmente positivo", afirmam os estrategistas, em nota a clientes.

Bacelar, da Azimut, pondera que, apesar do recuo dos prêmios de risco com as sinalização de possíveis nomes para a Fazenda e para as diretoras do BC, ainda há muita incerteza em torno da condução da política fiscal. "Os desequilíbrios são muito grandes e o quadro macro está cada vez pior", afirma o gestor.

Mais cedo, o líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (SC), disse nesta quinta que Trabuco "pode não ser a melhor opção para a Fazenda" e rechaçou a possibilidade de um "ajuste fiscal 2", após encontro da bancada petista com o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, em Brasília.

EM 2027

Pix terá novas regras de segurança e melhorias

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Banco Central (BC) prepara mudanças que incluem o aprimoramento do Pix Automático, medidas para combater mensagens ofensivas enviadas junto às transferências e ferramentas para identificar fraudes e facilitar a devolução de dinheiro enviado por engano.

As novidades foram apresentadas ontem, durante a 29ª Reunião Plenária do Fórum Pix, que também apresentou o balanço das medidas implementadas em 2026 e as diretrizes para o próximo ano.

MENSAGENS OFENSIVAS

Uma das prioridades será a regulamentação das mensagens enviadas junto às transferências Pix.

Atualmente, os usuários podem acrescentar textos ao realizar pagamentos. Entretanto, o recurso também pode ser utilizado para enviar ameaças, ofensas e mensagens intimidatórias.

Para combater esse tipo de prática, o Banco Central desenvolverá regras e soluções tecnológicas. Entre as medidas previstas estão:

- Campanhas educativas sobre o uso adequado do recurso;
- Ferramenta para mascarar mensagens consideradas inapropriadas nos aplicativos bancários;
- Possibilidade de cada usuário decidir se deseja utilizar o mascaramento.

A iniciativa foi discutida por um grupo de trabalho que reúne representantes do mercado financeiro e da sociedade civil.

MAIS PROTEÇÃO

A segurança será outro destaque da agenda de 2027. O BC pretende desenvolver um indicador de probabilidade de fraude, calculado em tempo real para cada transação.

O resultado será compartilhado com bancos e instituições de pagamento, que poderão utilizar a informação para decidir se autorizam ou rejeitam uma transferência.

A proposta é identificar operações suspeitas antes que o dinheiro seja enviado, ampliando a prevenção contra golpes.

PIX AUTOMÁTICO

Outra novidade será o aprimoramento do Pix Automático, modalidade que permite programar pagamentos recorrentes sem a necessidade de autorizar cada transação individualmente.

O BC pretende melhorar o funcionamento da ferramenta, aumentar a efetividade dos pagamentos e incentivar novos modelos de negócios e cobrança.

A expectativa é beneficiar consumidores e empresas que utilizam o sistema para receber mensalidades, assinaturas e outras cobranças periódicas.

O Banco Central também prevê:

- Gestão de chaves: criação de mecanismos para permitir uma atuação mais ativa do BC na gestão das chaves Pix;
- Bloqueios preventivos: definição de critérios mínimos para rejeitar transações e bloquear recursos cautelarmente;
- Medidas cautelares: ampliação dos instrumentos de fiscalização e atuação sobre as instituições participantes.

DEVOLUÇÃO DE PIX

Outra mudança prevista é a criação de uma ferramenta para facilitar a recuperação de dinheiro enviado por engano pelo próprio pagador.

A proposta é simplificar o processo de devolução dos valores. O BC, porém, ainda não detalhou como o recurso funcionará nem quando estará disponível.

INTEGRAÇÃO

O BC também iniciou estudos para avaliar a integração do Pix ao TIPS, sistema de pagamentos instantâneos operado pelo Banco Central Europeu.

A possibilidade de conexão com o sistema europeu continuará em avaliação em 2027. A proposta poderá facilitar pagamentos internacionais entre usuários e instituições participantes, mas ainda não há confirmação de implementação.

Em nota, o coordenador do Fórum Pix e chefe-adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do BC, Breno Lobo, afirmou que a prioridade do Banco Central é dar continuidade à evolução dos serviços e reforçar a segurança do sistema.

As novidades fazem parte da agenda de desenvolvimento e regulamentação para 2027. Portanto, as medidas ainda dependem de etapas de implementação e não estarão necessariamente disponíveis no início do próximo ano.

COMBUSTÍVEL

Governo prorroga subsídio de R$ 2,12 ao diesel por mais 30 dias

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Ministério da Fazenda confirmou ontem a prorrogação, por mais 30 dias, da subvenção de R$ 2,12 por litro de diesel comercializado no país. Segundo a pasta, a portaria que oficializa a medida será publicada nesta sexta-feira no Diário Oficial da União.

A renovação busca conter os efeitos da alta internacional do petróleo sobre os combustíveis no mercado brasileiro, evitando reajustes bruscos nas bombas e reduzindo a pressão sobre consumidores e setores dependentes do transporte rodoviário.

Em entrevista coletiva na quarta-feira, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, informou que a extensão do benefício deve custar entre R$ 8 bilhões e R$ 10,5 bilhões. O valor não está incluído nos aproximadamente R$ 75 bilhões já contabilizados em medidas de contenção dos preços dos combustíveis em 2026.

IMPACTO

Com a prorrogação, o custo total das políticas poderá chegar a cerca de R$ 85 bilhões neste ano.

Do impacto já registrado, entre R$ 64 bilhões e R$ 65 bilhões correspondem a subvenções aos combustíveis. Outros aproximadamente R$ 10 bilhões são resultado da perda de arrecadação com desonerações tributárias.

Moretti afirmou que os gastos efetivos têm ficado abaixo da estimativa máxima.

"O custo era estimado em R$ 10,5 bilhões, mas a gente tem verificado na execução que esses valores giram um pouco abaixo", disse o ministro, ao explicar que os desembolsos têm variado entre R$ 8 bilhões e R$ 10,5 bilhões.

A equipe econômica pretende reduzir gradualmente os incentivos quando os preços internacionais do petróleo recuarem. No momento, a prioridade é garantir o abastecimento e evitar aumentos expressivos nos combustíveis.

ALÍVIO NO ORÇAMENTO

A prorrogação foi possível após o Congresso Nacional autorizar a retirada de até R$ 10,5 bilhões em despesas com subsídios ao diesel do cálculo da meta fiscal de 2026. A lei complementar foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na terça-feira passada.

A mudança contribuiu para reduzir o contingenciamento de despesas de R$ 13,6 bilhões para R$ 12,3 bilhões. Com o desbloqueio de R$ 2,1 bilhões, o governo anunciou a liberação de aproximadamente R$ 3,4 bilhões do Orçamento.

O Executivo também espera compensar parte dos gastos com receitas extraordinárias relacionadas à valorização do petróleo, como royalties, tributos do setor e o Imposto de Exportação.

Moretti afirmou, porém, que parte desses recursos só deverá entrar nos cofres públicos em 2027, devido ao calendário de pagamento dos tributos.

INFLAÇÃO

O governo argumenta que os subsídios ajudam a evitar impactos mais fortes dos combustíveis sobre a inflação e a atividade econômica.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, afirmou que, sem os incentivos, a inflação ao consumidor poderia ser pelo menos um ponto percentual maior.

"Certamente, a gente teria diesel acima de R$ 10, gasolina acima de R$ 10. Um cenário bem difícil do ponto de vista social e de cadeias logísticas", declarou Ceron na mesma entrevista coletiva na quarta-feira.

OUTROS BENEFÍCIOS

Além da subvenção ao diesel, o governo mantém zerados os tributos federais sobre a gasolina e o etanol.

As medidas em vigor incluem:

- Redução de R$ 0,89 por litro nos tributos federais sobre a gasolina;
- Redução de R$ 0,19 por litro nos tributos sobre o etanol;
- Subvenção de R$ 0,428 por litro aos produtores de etanol.

Em 13 de novembro, o governo decidiu não renovar o subsídio adicional de R$ 1,40 por litro de diesel importado, mas informou que poderá reavaliar a decisão conforme a evolução do petróleo.

A retirada gradual dos incentivos será um dos desafios fiscais de 2027. A manutenção das subvenções pressiona as contas públicas, enquanto a redução dos benefícios pode elevar os preços dos combustíveis, encarecer o transporte e aumentar a pressão inflacionária.

CRÉDITO

BNDES libera R$ 2,7 bi para Latam aliviar alta do combustível

PAULA MARTINI/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou R$ 2,664 bilhões do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) para a Latam Airlines Brasil.

Os recursos, liberados ontem, fazem parte de uma linha de capital de giro destinada a companhias aéreas que operam voos domésticos e têm como objetivo reforçar a liquidez do setor diante da pressão sobre os custos operacionais, principalmente com combustíveis.

O financiamento tem prazo final em julho de 2031, amortização mensal e custo anual de 5,6%. Segundo o BNDES, os recursos ampliam a flexibilidade financeira da companhia e contribuem para atenuar os efeitos do aumento do preço do combustível de aviação registrado em 2026.

A linha de crédito com recursos do FNAC busca apoiar a sustentabilidade econômica do setor aéreo, considerado estratégico para o transporte de passageiros e cargas, a conectividade nacional e o desenvolvimento do turismo e dos negócios.

Nota

RECEITA APREENDE 58 TONELADAS DE ROUPAS E TÊNIS NÃO DECLARADOS

A Receita Federal apreendeu no Porto Seco de Resende, no Vale do Paraíba (RJ), três contêineres com aproximadamente 58 toneladas de mercadorias não declaradas, como camisas de times de futebol e tênis vindos da China. Os itens foram avaliados em R$ 18 milhões, apresentando indícios de falsificação. Os contêineres foram identificados a partir de análise de risco. Na documentação, as mercadorias estavam declaradas como bolsas e malas, que ocupavam as primeiras fileiras dos contêineres. Segundo a Receita, foram coletadas amostras para a elaboração de laudos técnicos para verificar a autenticidade das mercadorias. O Porto Seco de Resende fica em uma região estratégica entre os eixos Rio-São Paulo-Minas Gerais, contribuindo para as operações de comércio exterior e a movimentação de cargas de exportação e importação na região. Segundo a Receita, a ação reforça a atuação no controle do comércio exterior e no combate à contrafação (mercadorias falsificadas que imitam produtos originais) e a outras irregularidades aduaneiras.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

2026

Turismo estrangeiro injeta R$ 53 bilhões na economia

Os gastos de visitantes estrangeiros no Brasil somaram US$ 9,247 bilhões (R$ 53,8 bilhões) nos dez primeiros meses do ano. O valor é o maior já registrado para o período, de acordo com o Ministério do Turismo.

O levantamento da pasta tem como base os dados oficiais do setor externo, divulgados ontem pelo Banco Central.

O resultado representa uma alta de 9,3% na comparação com os US$ 8,456 bilhões (R$ 49,2 bilhões, na cotação atual do dólar) verificados de janeiro a outubro de 2025.

Apenas em outubro, os turistas internacionais deixaram US$ 867 milhões (R$ 5,052 bilhões) na economia brasileira. O valor mensal supera em 2% o contabilizado em outubro do ano passado, quando a receita foi de US$ 850 milhões (R$ 4,9 bilhões, em valores atualizados).

O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, destaca que os gastos de visitantes internacionais movimentam toda a cadeia produtiva do setor, beneficiando atividades de norte a sul do país.

Segundo ele, os recursos gastos pelos visitantes estrangeiros vão direto para a conta do pequeno empreendedor, do guia, do artesão, do garçom e da rede hoteleira, gerando emprego e renda.

"Alcançar esse patamar histórico de receitas externas confirma que investir na promoção internacional do Brasil tem retorno imediato e multiplicador para a economia nacional. Não estamos falando apenas de recordes de visitantes, mas de um turista que consome mais, valoriza a nossa cultura e impulsiona toda a cadeia produtiva do turismo nacional", afirma Feliciano.

FLUXO DE TURISTAS

O aumento nos gastos acompanha o crescimento na chegada de turistas internacionais. De janeiro a outubro, o Brasil recebeu 7.594.425 visitantes estrangeiros, alta de 58,8% em relação ao mesmo período de 2023.

O volume equivale a 101,3% da meta anual de 7,5 milhões de viajantes prevista no Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027.

"Em outubro, o Brasil também atingiu a marca inédita de 85,7 milhões de passageiros em voos domésticos desde janeiro. É o maior número já registrado nos dez primeiros meses do ano, com alta de 2,8% sobre os 83.339.480 passageiros contabilizados no mesmo intervalo de 2025", diz a pasta.

A geração de empregos no setor também bateu recorde: em setembro de 2026, o turismo alcançou o maior número de trabalhadores formais da história, com 2.435.935 pessoas com carteira assinada, afirma o ministério.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO Nº: ARC-040119/000014/2026
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026	**Data de Abertura: 14/12/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador**
Unidades Contratantes:	**FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**

Objeto

Contratação de Empresa Especializada no fornecimento de Kits Natalidade Completos, devidamente montados, embalados, prontos para entrega e com reposição mensal para cada Kit entregue, contendo todos os itens previamente definidos em especificação técnica, destinados à concessão de benefício eventual às gestantes em situação de vulnerabilidade social, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal e normativas correlatas.

Valor estimado

R$ 1.321.890,00 (Um milhão, trezentos e vinte e mil, oitocentos e noventa reais).

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Sim	NÃO	Aberto	**MENOR VALOR GLOBAL**
Itens Exclusivos para ME/EPP?	**Itens com Cota Reservada para ME/EPP?**	**Exigência de Amostra?**	**Participação de Consórcio**
NÃO	NÃO	NÃO	Sim

Intervalo mínimo de diferença entre lances

R$ 0,05 (Cinco centavos)

Pregoeiro

Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:

1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br/ e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: http://www.arraial.rj.gov.br/.
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites http://www.arraial.rj.gov.br/ e http://www.gov.br/compras/pt-br,para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para realizar a atividade de disposição de resíduos perigosos e não perigosos na 4ª célula do aterro industrial, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/200325/2004)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para instalar e operar a atividade de limpeza e descontaminação e embalagens, e informa que este estará à disposição para consulta no setor QHSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026, no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo EXT-PD/007.9039/2020)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em 05/11/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para operar estação de tratamento de efluentes industriais, com capacidade nominal de 15m³/h, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE - Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 - Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo SEI-070002/025104/2025)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para realizar a remediação in situ do aquífero local na antiga Unidade desativada de DCH, para estabelecimento de zona reativa anaeróbica (IRZ) e redução do cromo hexavalente, cujo sistema contempla a estação de tratamento físico-químico e as unidades de tratamento da biorremediação, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026, no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/204236/2006)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para fabricação de substâncias ativas e de formulações de agrotóxicos fitossanitários, fitossanitários de uso não agrícola, desinfestantes domissanitários de uso profissional e de venda livre, pesticidas de uso veterinários e sementes tratadas, e pesticidas, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo SEI-070007/000371/2022)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para formulação e envase de produtos fitossanitários - granulados, pós e líquidos - das classes inseticidas, fungicidas e herbicidas, formulação de concentrados emulsionados (CE) formulação de suspensão de concentrados (SC) e envase de formulações líquidas, e comercialização de agrotóxico, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo PD-07/014.11/2017)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A., torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2025, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para realizar para a unidade MDI de produção de metileno diisocianato (MDI), metileno dianilina (MDA), CO e ácido clorídrico; unidade PU-M de produção de poliéteres, formulação, isocianatos modificados, vernizes de poliuretanos, Desmodur (N75, CD e 3300) e blends; unidade anilina de produção de anilina, nitrobenzeno, hidrogênio e monóxido de carbono; subestação de 138 kv e sistema de captação e tratamento de água para uso indústria, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026, no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca (Processo PD-07/014.514/2016)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025, para realizar a captação em 01 (um) ponto de água bruta superficial e 02 (dois) pontos de lançamento, no rio Sarapuí, com a finalidade de uso industrial, na Região Hidrográfica - RH V - Baía de Guanabara, sujeito à cobrança, na forma prevista na Lei Estadual nº 4.247/03, em consonância com o § 1º do art. 27 da Lei Estadual nº 3.239/99, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026, no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo EXT-PD/007.8653/2020)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para realizar a atividade de disposição de resíduos perigosos e não perigosos na 4ª célula do aterro industrial, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/200325/2004)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A. torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2026, o Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2025 para aprovar a concepção, instalação e operação de caldeira flama-tubular, com capacidade máxima de 3,2 t/h de vapor, visando a produção de vapor para atender complexo industrial, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo PD-07/014.531/2017)

BAYER S.A.
CNPJ: 18.459.628/0033-00
AUDITORIA AMBIENTAL

Bayer S.A., torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 05/11/2026,o Relatório de Auditoria Ambiental Controle do ano de 2025 para realizar a atividade de parqueamento de veículos contendo cargas perigosas e não perigosas, e informa que este estará à disposição para consulta no setor HSE – Sustentabilidade e Meio Ambiente, na Estrada Boa Esperança, 650 – Centro, no Município de Belford Roxo, no período de 07/12/2026 a 14/12/2026 no horário das 9h às 15h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/200490/2008)

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO 26/2026

A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na Portaria n° 1181/SLIC/ ESG-MD, de 27 de fevereiro de 2026, que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo Menor Preço Por item, tendo por finalidade a **Aquisição de Material Permanente, para atender as necessidades da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro - RJ**. A sessão pública será realizada no dia **02 de DEZEMBRO de 2026, às 08h00min**, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (https://www.gov.br/compras/pt-br).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE — INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA — MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 405/2026

O Pregoeiro André Luis Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem do **Pregão Eletrônico nº. 405/2026** no dia **09/12/2026 às 14h00min**. - **Objeto**: **Aquisição de Materiais Hospitalares (Sensores Cerebrais e Oximetria) (**SENSOR ADULTO (>40 KG) DESCARTÁVEL DE OXIMETRIA DE TECIDO, SENSOR PEDIÁTRICO (>3KG) DESCARTÁVEL DE OXIMETRIA DE TECIDO, SENSOR PEDIÁTRICO DESCARTÁVEL DE OXIMETRIA CEREBRA etc...) **Processo nº. 33409.006643/2026-71**. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE ARRAIAL DO CABO
SECRETARIA COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO Nº: 6862/2025
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026	**Data de Abertura: 15/12/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: https://www.licitanet.com.br/comprador**
Unidades Contratantes:	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Objeto

Contratação de empresa especializada na terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva, para a prestação de serviços contínuos de orientação ambiental e orientação urbana, a serem executados por postos de serviço, com o objetivo de atender às necessidades da Administração Pública Municipal de Arraial do Cabo/RJ, no que se refere à preservação, ao ordenamento e orientação nas áreas públicas e ambientalmente protegidas, bem como à promoção da educação ambiental e ao uso adequado dos espaços urbanos e naturais.

Valor estimado

R$ 14.699.489,04 (Catorze milhões, seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e quatro centavos).

Registro de Preços?	Vistoria	Modo de disputa	Critério de Julgamento
Não	Sim	Aberto	**MENOR VALOR DO GLOBAL**
Itens Exclusivos para ME/EPP?	**Itens com Cota Reservada para ME/EPP?**	**Registro de Preços**	**Participação de Consórcio ou Cooperativa?**
Não	Não	Não	Sim para consórcio, Sim para cooperativa

Intervalo mínimo de diferença entre lances

R$ 10,00 (Dez reais)

Pregoeiro

Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:

1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal http://licitanet.com.br/ e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: \\195.168.0.4\mgestudio\PASTA 2026\LICITAÇÃO\Pregão Eletrônico\PE 029.2026 - Terceirização de Orientador urbano e ambiental - FMMA - 6862.25\ http:\www.arraial.rj.gov.br.
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites http://www.arraial.rj.gov.br/ e http://www.gov.br/compras/pt-br,para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

GÁS NATURAL AÇU S.A.
CNPJ/MF 11.472.927/0001-40 - NIRE 33.3.0032528-0

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de outubro de 2026. 1. Data, Hora e Local: Em 02 de outubro de 2026, às 18h15min, simultaneamente via *Microsoft Teams* e na sede da **Gás Natural Açu S.A.**, localizada na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, 11º andar, Botafogo, CEP 22.270-000. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa**: Presidente: Mauro Lourenço de Andrade; e Secretário: Fernando Cavalcanti Landau. **4. Ordem do Dia**: examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** a recomendação ao Conselho de Administração da Gás Natural Açu Infraestrutura S.A. ("**GNA Infra**") para que aprove a celebração, pela GNA Infra, do "*Fourth Amendment and Restatement to the Fiduciary Assignment of Shares Agreement*", a ser celebrado entre a GNA Infra e SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("**SPIC Energia**"), na qualidade de Acionistas Atuais, Prumo Logística S.A. ("**Prumo**"), na qualidade de Novo Acionista, Siemens Participações Ltda. ("**Siemens Par**"), na qualidade de Acionista Existente, Banco Citibank S.A. ("**Citibank**"), na qualidade de Agente de Garantias, Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Vórtx**"), na qualidade de Agente Fiduciário, e UTE GNA I Geração de Energia S.A. ("**UTE GNA I**") ("***Amendment to the Fiduciary Assignment of Shares***"), bem como para que recomende ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do *Amendment to the Fiduciary Assignment of Shares*; **(b)** a recomendação ao Conselho de Administração da GNA Infra para que aprove a celebração, pela GNA Infra, do "*Third Amendment and Restatement to the Fiduciary Assignment of Rights Agreement and Other Covenants*", a ser celebrado entre a GNA Infra e SPIC Energia, na qualidade de Cedentes Atuais, Prumo, na qualidade de Novo Cedente, Siemens Par, na qualidade de Cedente Existente, Citibank, na qualidade de Agente de Garantias, Vórtx, na qualidade de Agente Fiduciário, e a UTE GNA I ("***Amendment to the Fiduciary Assignment of Rights - SubLoans***" e, em conjunto com o *Amendment to the Fiduciary Assignment of Shares*, os "***Amendments to the Fiduciary Assignment Agreements***"), bem como para que recomende ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do *Amendment to the Fiduciary Assignment of Rights - SubLoans*; **(c)** a recomendação ao Conselho de Administração da GNA Infra para que aprove a celebração, pela GNA Infra, do "*Joinder Agreement to the Shareholders' Agreement of UTE GNA I Geração de Energia S.A.*", a ser celebrado entre Prumo, na qualidade de Novo Acionista, a GNA Infra e SPIC Energia, na qualidade de Acionistas Remanescentes, e a UTE GNA I ("***Joinder Agreement***"), bem como para que recomende ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do *Joinder Agreement*; **(d)** a recomendação ao Conselho de Administração da GNA Infra para que recomende ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, na qualidade de interveniente-anuente, do "*Omnibus Assignment and Assumption Agreement*", a ser celebrado entre Siemens Par, na qualidade de Cedente, Prumo, na qualidade de Cessionária, e a UTE GNA I ("**Assignment Agreement - SubLoan**"); **(e)** a recomendação ao Conselho de Administração da GNA Infra para que aprove a celebração, pela GNA Infra, do "*Waiver No. 22 and Amendment No. 20 under the Common Terms Agreement, Amendment Agreement No. 5 and Waiver No. 2 under the Sponsor Support, Share Retention and Subordination Agreement*", a ser celebrado entre a UTE GNA I, na qualidade de Devedora, a GNA Infra, Siemens Par, SPIC Energia, Prumo, BP Global Investments Limited, KfW IPEX-Bank GmbH, na qualidade de Parte Financiadora Sênior, Citibank, N.A., na qualidade de Agente de Garantias Offshore, e Citibank, na qualidade de Agente de Garantias Onshore ("***KfW Amendment Consent and Waiver Letter***"), bem como para que recomende ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do *KfW Amendment Consent and Waiver Letter*; **(f)** a recomendação ao Conselho de Administração da GNA Infra para que recomende à Diretoria da GNA Infra que, direta ou indiretamente por meio de procuradores, na qualidade de representantes da GNA Infra, vote favoravelmente, em Assembleia Geral Extraordinária da UTE GNA I ("**AGE da UTE GNA I**"), (i) à consignação do recebimento das cartas de renúncia dos membros efetivos do Conselho de Administração da UTE GNA I, Sra. Lilian Leo Pacheco Lima e Sr. Eduardo Magalhães Oliveira, e (ii) à eleição dos novos membros do Conselho de Administração da UTE GNA I, Sra. Angela Serpa Caldeira e Silva e Sra. Letícia Nabuco Villa-Forte, como membros efetivos, e Sra. Mariana Assunção de Moraes Mansur e Sr. Eduardo Ferreira Kantz, como membros suplentes, nos termos do Estatuto Social da UTE GNA I; e **(g)** a autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as medidas e praticar todos os atos necessários à implementação e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta Reunião do Conselho de Administração da Companhia. **5. Deliberações**: Após a discussão, o exame e a revisão da matéria constante da ordem do dia, os conselheiros aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Ato contínuo, os membros do Conselho de Administração deliberaram da seguinte forma: (a) recomendar ao Conselho de Administração da GNA Infra que aprove a celebração, pela GNA Infra, dos *Amendments to the Fiduciary Assignment Agreements*, bem como que recomende ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, dos *Amendments to the Fiduciary Assignment Agreements*; (b) recomendar ao Conselho de Administração da GNA Infra que aprove a celebração, pela GNA Infra, do *Joinder Agreement*, bem como que recomende ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do *Joinder Agreement*; (c) recomendar ao Conselho de Administração da GNA Infra que recomende ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, na qualidade de interveniente-anuente, do *Assignment Agreement - SubLoan*; (d) recomendar ao Conselho de Administração da GNA Infra que aprove a celebração, pela GNA Infra, do *KfW Amendment Consent and Waiver Letter*, bem como que recomende ao Conselho de Administração da UTE GNA I que aprove a celebração, pela UTE GNA I, do *KfW Amendment Consent and Waiver Letter*; (e) recomendar ao Conselho de Administração da GNA Infra que recomende à Diretoria da GNA Infra que vote favoravelmente, na AGE da UTE GNA I, (i) à consignação do recebimento das cartas de renúncia da Sra. Lilian Leo Pacheco Lima e do Sr. Eduardo Magalhães Oliveira aos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da UTE GNA I; e (ii) à eleição dos novos membros do Conselho de Administração da UTE GNA I, Sra. Angela Serpa Caldeira e Silva e Sra. Letícia Nabuco Villa-Forte, como membros efetivos, e Sra. Mariana Assunção de Moraes Mansur e Sr. Eduardo Ferreira Kantz, como membros suplentes; e (f) autorizar a Diretoria da Companhia a, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as medidas e praticar todos os atos necessários à implementação e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta Reunião do Conselho de Administração da Companhia. Os Conselheiros Mauro Lourenço de Andrade, Nicholas John Burridge, Letícia Nabuco Villa-Forte e Angela Serpa Caldeira e Silva abstiveram-se de votar em razão de conflito de interesses. Registra-se que as manifestações de voto das Conselheiras Gisele Neves Quiroga e Di Wu foram recebidas pelo Presidente e pelo Secretário e arquivadas na sede da Companhia. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário a lavratura desta ata, que após ter sido lida e aprovada pelos Conselheiros, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Mauro Lourenço de Andrade; Secretário: Fernando Cavalcanti Landau; e Conselheiros: Mauro Lourenço de Andrade, Nicholas John Burridge, Letícia Nabuco Villa-Forte, Angela Serpa Caldeira e Silva, Gisele Neves Quiroga e Di Wu. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2026. *Certifico que o presente documento é cópia fiel da Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de outubro de 2026, lavrada no respectivo livro e devidamente assinada pelos Conselheiros da Companhia*. Fernando Cavalcanti Landau - Secretário. JUCERJA nº 8161164 em 16/11/2026.

PRIMAVERA: Céu nublado com possibilidade de chuva de dia e à noite. Manhã Tarde Noite 24º 17º 85% 05:13 18:40

RENATO FEDER

Tarcísio confirma continuidade do secretário de Educação

WIKIPÉDIA



PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) (**foto**), confirmou ontem, que o secretário de Educação, Renato Feder, e o controlador-geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, continuarão nos cargos para o segundo mandato.

Como mostrou o Estadão, o governador optou por manter a maior parte da equipe do primeiro mandato. Ele já confirmou a permanência de 15 dos 27 integrantes do primeiro escalão, entre secretários e chefes de órgãos.

Dos seis novos secretários anunciados, apenas o deputado federal Ricardo Salles (Novo), que assumirá a Justiça e Cidadania, não fazia parte da gestão Tarcísio. Os demais vieram de outros órgãos da administração paulista ou foram promovidos dentro das próprias secretarias.

Feder comanda a Educação paulista desde o início da gestão. No primeiro ano, se envolveu em algumas polêmicas, como a decisão de não utilizar livros didáticos comprados pelo Ministério da Educação e substituí-los por slides passados de forma digital aos alunos.

Após a repercussão negativa, ele recuou da determinação. Também houve recuo na orientação para cancelar automaticamente a matrícula de alunos que faltassem 15 dias seguidos.

Já Rodrigo Fontenelle chegou ao governo no final de 2025 para substituir o então controlador-geral Wagner Rosário, indicado por Tarcísio para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

Ele foi controlador-geral de Minas Gerais durante o governo de Romeu Zema (Novo). Na gestão paulista, Fontenelle aplicou uma multa de R$ 1 bilhão à Fast Shop por fraude tributária e pagamento de propina a um fiscal da Secretaria da Fazenda de São Paulo.

A principal indefinição para o segundo mandato de Tarcísio segue sendo o comando da Secretaria de Saúde. Após Eleuses Paiva (PSD) pedir para deixar o cargo, o governador conversou com diversos candidatos e ouviu "não" de pelo menos dois deles: José Medina Pestana, diretor do Hospital do Rim, e Fábio Jatene, médico que também dá aulas na Universidade de São Paulo (USP).

As recusas foram divulgadas pelo jornal *O Globo* e confirmadas pelo *Estadão*.

Tarcísio também não anunciou quem serão os chefes das secretarias de Esportes, Políticas para a Mulher, Turismo e Direito das Pessoas com Deficiência. As pastas são cobiçadas por partidos aliados, mas auxiliares do governador afirmam que a tendência é que ele priorize nomes técnicos.

PORTO DE SANTOS

Edital do Tecon-10 vai ser publicado no início de 2027

JOÃO CAIRES/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou ontem, que a publicação do edital do leilão do megaterminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon-10) ficará para o início de 2027, dado o calendário de discussões do assunto nos diversos âmbitos do setor regulado. Atualmente o Executivo tem um grupo de trabalho instituído para atualizar a recomendação de competitividade do leilão em formato aberto e de ampla concorrência. O grupo deve enviar sua decisão para o Ministério de Portos e Aeroportos e encaminhar para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Há ainda a necessidade do Tribunal de Contas da União (TCU) analisar o formato do leilão.

"Foram 14 anos de discussão sobre a evolução do projeto, portanto, quatro meses de atuação do grupo e trabalho não é o problema do Tecon-10.

O governo vai publicar este edital no início do próximo ano, logicamente", disse durante participação em evento do setor de transportes, em Brasília (DF).

A discussão sobre o edital envolve principalmente as regras de participação no leilão. A proposta originalmente elaborada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) previa uma disputa em duas etapas, com restrições à participação de empresas que já operam terminais de contêineres no Porto de Santos e de armadores na primeira fase. Esses grupos poderiam entrar em uma eventual segunda etapa, caso não houvesse propostas válidas, mediante compromisso de desinvestimento.

A Casa Civil, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), passou a defender um modelo de concorrência mais aberto, que permita a participação de todos os interessados em uma única etapa, inclusive operadores já instalados no complexo portuário, desde que se desfaçam de seus ativos atuais caso vençam o certame. A mudança busca ampliar a concorrência, mas também exige uma avaliação dos possíveis impactos sobre a concentração de mercado.

Uma eventual alteração relevante na modelagem poderá exigir nova análise do TCU. O ministro Benjamin Zymler já sinalizou que o governo pode apresentar um novo desenho à Corte, que deverá avaliar as mudanças antes da publicação do edital.

O projeto desperta o interesse de grandes operadores internacionais, entre eles a AD Ports, dos Emirados Árabes Unidos, e a ICTSI, das Filipinas. A participação de grupos ligados às armadoras MSC e Maersk também está no centro das discussões sobre as condições de concorrência no porto.

Ministros do TCU pedem adiamento coletivo de processo sobre canal

JOÃO CAIRES/AE

Três ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) pediram na quarta-feira passada, o adiamento por 60 dias da análise de processo que apura possíveis irregularidades na licitação para execução das obras de aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Santos (SP). Os pedidos foram apresentados por Walton Alencar, Rodrigo Pacheco e Odair Cunha.

Walton Alencar justificou o pedido de vista pela existência de controvérsia em torno do tema, que já é objeto de outros processos no próprio TCU e de uma ação em tramitação no Judiciário. O ministro também destacou que o contrato com a empresa vencedora da licitação já foi assinado e classificou o caso como um exemplo típico de disputa entre empresas privadas por contratos públicos.

"Existe processo similar a este na relatoria do ministro Rodrigo Pacheco. Mas não somente isso, também existe mandado de segurança na Justiça Federal que foi indeferido e segue em grau de recurso e, relativamente a este processo, já existe contrato assinado com a empresa vencedora da licitação. Mas não somente isso, existem outros fatores. Este é o caso que eu considero um típico exemplo de conflito entre duas empresas privadas em busca de contratos estatais", afirmou durante a sessão.

Rodrigo Pacheco também pediu vista e argumentou que o desfecho de processos relacionados, sob sua relatoria, pode influenciar a decisão sobre o caso. "Há um outro processo cujo desfecho eventualmente pode influir neste recurso, assim como o desfecho desse recurso pode também influir no processo outro a ele correlato", disse.

Odair Cunha também pediu o adiamento da análise, mas não apresentou justificativa para a solicitação. O presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo, concedeu vista coletiva ao processo.

AVENIDA PAULISTA

Carnaval tem 780 blocos inscritos; megashow na Paulista já tem data

ADRIANA VICTORINO/AE

A Prefeitura de São Paulo registrou 780 inscrições de blocos para o carnaval de rua de 2027, ante 685 na edição deste ano, um crescimento de 13,9%. A festa terá início em 30 de janeiro, data em que também está prevista a realização de um megashow internacional gratuito na Avenida Paulista.

Os desfiles ocorrerão em oito dias, distribuídos por três fins de semana, além da segunda e da terça-feira de carnaval. O pré-carnaval será realizado nos dias 30 e 31 de janeiro, seguido pelo carnaval, entre 6 e 9 de fevereiro. A programação será encerrada com os desfiles do pós-carnaval, nos dias 13 e 14 de fevereiro.

Entre as atrações inscritas estão Monobloco, Bloco da Pabllo e BaianaSystem. A lista completa dos desfiles previstos pode ser consultada no *Diário Oficial do Município*.

SHOW NA AV. PAULISTA

O megashow internacional gratuito na Avenida Paulista, inicialmente previsto para 2026 e adiado para o próximo ano, já tem data e horários definidos. De acordo com a programação divulgada pela prefeitura, o evento será realizado em 30 de janeiro de 2027, primeiro dia do pré-carnaval, com concentração às 8h, início às 9h e encerramento às 18h.

Ao longo deste ano, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) chegou a mencionar, em entrevistas, as bandas U2, The Rolling Stones e Coldplay, além do cantor Bruno Mars, entre os nomes considerados pela gestão municipal para o evento. A prefeitura não informou, no material divulgado, quem será a atração internacional.

TRANSPORTE

Trivia Trens retoma operação das linhas 11- Coral e 12-Safira

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Trivia Trens retomou a operação das linhas 11-Coral e 12-Safira ontem, em São Paulo. Desde julho, o serviço estava sob responsabilidade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), depois de uma série de problemas que afetaram a circulação três dias depois da concessão à empresa privada.

Na ocasião, uma falha no fornecimento de energia interrompeu o transporte, e um incêndio atingiu parte de uma composição da Linha 12-Safira, fazendo com que os passageiros precisassem desembarcar e caminhar pelos trilhos.

"A nova etapa marca a conclusão da fase pré-operacional de transição, realizada sob supervisão da CPTM, e dá continuidade ao processo de modernização da malha ferroviária sob responsabilidade da concessionária", disse a Trivia.

Segundo a empresa, para retomar, foram reforçados os procedimentos operacionais e os protocolos de segurança. Além disso, a Trivia afirma que também intensificou a capacitação de suas equipes e estruturou um Plano de Retomada aprovado pela Agência Reguladora de Transporte de São Paulo (Artesp).

"Entre as medidas estão o reforço dos procedimentos de manutenção, atendimento aos passageiros, evacuação, resgate e acionamento do Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência."

A Trivia acrescentou que o relatório da Comissão Permanente de Segurança, elaborado em conjunto pela Trivia Trens e pela CPTM, concluiu que o problema do dia 23 de julho, foi um acidente atípico, imprevisível e complexo.

Investimentos

A Trivia informou que vem antecipando investimentos para modernizar a infraestrutura das linhas e que seguiu com o cronograma de investimentos previsto no contrato de concessão. Segundo a empresa, dos R$ 14,3 bilhões que serão aplicados ao longo dos próximos sete anos, R$ 6 bilhões já estão contratados e serão destinados à modernização completa das três linhas.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 3.53.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 150ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 150ª (centésima quinquagésima) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("Emissora"), nos termos da Cláusula 12 e seguintes do *"Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Para Emissão De Certificados De Recebíveis Imobiliários Da Série Única Da 150ª Emissão Da Canal Companhia De Securitização, Lastreados Em Créditos Imobiliários Devidos Pela NTRS Novo Terminal Rodoviário de Salvador SPE Ltda."* conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 14 de dezembro de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **i.** Aprovar previamente a liberação extraordinária, à Devedora, dos recursos excedentes retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos desde a data de verificação referente à Data de Pagamento de 20 de novembro de 2026 ("PMT nov.2026") (exclusive) até a data de verificação referente à Data de Pagamento de 20 de dezembro de 2026 ("PMT dez.2026") (inclusive), prevista para 05 (cinco) dias úteis antes da data de pagamento de dezembro de 2026, a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis contados da data de verificação da PMT dez.2026, após a recomposição do Fundo de Despesas nos termos do item (iv) abaixo; **ii.** Aprovar previamente a liberação extraordinária, à Devedora, dos recursos excedentes retidos da ordem de Prioridade de Pagamentos desde a data de verificação referente à PMT dez.2026 (exclusive) até a data de verificação referente à Data de Pagamento de 20 de janeiro de 2026 ("PMT jan.2027") (inclusive), prevista para 05 (cinco) dias úteis antes da data de pagamento de janeiro de 2027, a ser realizada em até 02 (dois) dias úteis contados da data de verificação da PMT dez.2026, após a recomposição do Fundo de Despesas nos termos do item (iv) abaixo; **iii.** Aprovar a contratação, às expensas do Patrimônio Separado, nos termos da Cláusula 14.3.1, inciso (xiv), do Termo de Securitização, de assessor legal a ser escolhido pelos Titulares dos CRI dentre as propostas a serem apresentadas na AGT; **iv.** Aprovar a utilização dos recursos do Fundo de Despesas para o pagamento dos honorários iniciais e mensais do assessor legal contratado nos termos do item (iii) acima, bem como a recomposição do Fundo de Despesas com os recursos recebidos mensalmente na Conta do Patrimônio Separado, observada a ordem de Prioridade de Pagamentos prevista na Cláusula 15.1.1 do Termo de Securitização, em especial seu inciso (vii), previamente à liberação de eventuais recursos excedentes à Devedora; e **v.** Aprovação da alteração da Cláusula 12.14.6 do Termo de Securitização, para que passe a vigorar com a seguinte redação: *"Consulta Formal. As deliberações de Assembleia Geral de Titulares de CRI poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos investidores, observado que nesse caso deve ser concedido aos investidores prazo mínimo de 10 (dez) dias para manifestação, devendo observar os termos previsto neste Termo de Securitização, e nos termos da resolução CVM 60."* Fica consignado que a liberação extraordinária tratada nos itens (i) e (ii) acima ocorre sem observância da Cláusula 15.1.1, inciso (viii), do Termo de Securitização, pela Devedora. Fica consignado também que o Agente Fiduciário e a Emissora estão autorizados a praticar todo e qualquer ato, bem como a celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários à efetivação e implementação das matérias a serem aprovadas acima. As propostas de honorários de assessores legais relativas ao item (ii) da Ordem do Dia serão disponibilizadas pela Emissora durante a AGT, motivo pela qual ficará vedado envio de instrução de voto para a referida deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Sinart 150", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, com exceção do item (ii) da Ordem do Dia. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 25 de novembro de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 39ª (TRIGÉSIMA NONA) EMISSÃO, DA 1ª E 2ª SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 1ª e 2ª Séries, da 39ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade com sede Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 39ª (Trigésima Nona) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Marcos Augusto Pereira Vale.* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 18 de dezembro de 2026, às 16 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de Investidores será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste digital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: i. Aprovar a não declaração de um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da Cláusula 7.2, item (i), da CPR-F, em razão do descumprimento da obrigação de entrega anual do laudo de avaliação atualizado dos Imóveis, prevista na Cláusula 2.3.3 do *"Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças"*, celebrado em 10 de março de 2023 ("Contrato"), bem como a concessão do prazo de 30 (trinta) dias, contados da celebração desta Assembleia, para envio do referido laudo pela Emitente, cujo custo será suportado pela Securitizadora, com recursos do Fundo de Despesas, nos termos da Cláusula 15.1, item (xix), do Termo de Securitização. Fica consignado que a Emissora e o Agente Fiduciário estão autorizados a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail servicos.estruturados@terrainvestimentos.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial-CRA (Mapeva) (39)", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Considera-se a data de publicação a mesma da publicação do jornal.

São Paulo, 24 novembro de 2026. **Alejandro Merino -** Diretor de Securitização

Manhã Tarde Noite 26º 21º 85% 05:00 18:20

PRIMAVERA: Sol com nuvens e chuva no fim da manhã. Tarde e noite chuvosas.

CARACTERÍSTICAS

Inca lança atlas sobre câncer em brasileiros

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

Tomar chimarrão bem quente é um hábito de muita gente que vive no Sul do Brasil. Pesquisas sobre saúde, no entanto, têm demonstrado que tomar a bebida acima de 65°C com frequência pode causar câncer de esôfago.

O desenvolvimento dos vários tipos de cânceres resulta de uma interação complexa entre fatores genéticos, ambientais, comportamentais e sociais que varia de lugar para lugar.

Para reunir dados da população brasileira sobre a doença e desenvolver tratamentos, remédios e mesmo métodos de prevenção que funcionem melhor, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) lançou ontem, no Rio de Janeiro, o Atlas Tumoral da População Brasileira.

Trata-se de uma plataforma disponível na internet para reunir dados clínicos sobre a manifestação do câncer em brasileiros.

Desenvolvido no próprio Inca, o sistema pretende preencher uma lacuna de dados. Hoje, as pesquisas no país têm como referência bancos de dados estrangeiros para a classificação e tratamento. Essas plataformas, no entanto, têm poucas referências de pacientes latino-americanos, com realidades próximas às do Brasil.

"No câncer de mama, os marcadores tumorais (material genético) que a gente usa como evidência científica, em algumas populações brasileiras não são os melhores", revelou a secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde, Fernanda de Negri.

Segundo ela, conhecer melhor as características da doença em pacientes brasileiros e suas causas significará melhora no atendimento.

A diversidade genética da população influencia a frequência de determinadas variantes e o risco de câncer, segundo os especialistas. Além disso, é a chave para compreender diferenças entre tumores, o que deve facilitar o diagnóstico e tratamento.

No país, indicadores mostram que as populações vulneráveis estão sendo negligenciadas, influenciadas por fatores como gênero, raça e econômicos.

Os Estados Unidos criaram uma plataforma semelhante, o The Cancer Genome Atlas, que mudou vários tratamentos e a forma de classificar da doença. Porém, do banco só constam dados de 0,4% pacientes latino-americanos. Em geral, no Brasil, são os bancos com dados de norte-americanos, europeus e asiáticos que alimentam pesquisas.

"Precisamos investir nisso (pesquisa e organização de dados) para que tenhamos os nossos próprios tratamentos, que não serão desenvolvidos em outros países", acrescentou o diretor-geral do Inca, Roberto Gil, que coordena a iniciativa.

Atualmente, o atlas brasileiro conta com registros de 2,8 mil pacientes, distribuídos em novo grupos de doenças oncológicas, incluindo câncer de mama hereditário, leucemias, câncer de colo de útero, ovário, endométrio, próstata, pênis e câncer anal. Como há pesquisas ainda sendo finalizadas, os dados não estão abertos.

Entre os projetos mais avançados estão estudos sobre tumores ginecológicos, como câncer de colo de útero e de ovário – o mais resistente a tratamentos.

Segundo Gil, as mulheres negras têm mais tumores de mama biologicamente mais agressivos que podem levar a maior mortalidade. "Precisamos conhecer as alterações genéticas que podem explicar.

DETIDO NO CT DO CLUBE

Jogador do Vasco é preso por suspeita de ligação com o CV

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O jogador do Vasco David Corrêa da Fonseca, conhecido como David ou DVD, foi preso ontem pela suposta prática dos crimes de tentativa de homicídio, organização criminosa armada, tráfico de drogas e coação no curso do processo.

Ele foi detido por policiais da 14ª DP (Leblon), em ação integrada com a Polícia Civil do Espírito Santo, no Centro de Treinamento do Vasco da Gama.

Além dos supostos vínculos com integrantes da facção criminosa Comando Vermelho no Espírito Santo, o jogador figura em outras investigações que apuram possíveis ligações com integrantes da mesma facção criminosa na comunidade da Rocinha, na zona sul do Rio de Janeiro.

A polícia informou que as diligências e investigações permanecem em andamento.

Em nota, o Vasco da Gama informa que desde que tomou conhecimento da situação, o clube colocou o Departamento Jurídico à disposição do atleta e acompanha o caso atentamente, aguardando os desdobramentos e a conclusão dos trâmites legais pelas autoridades competentes.

O clube diz que ainda que, em respeito ao devido processo legal e à apuração dos fatos, não fará comentários adicionais sobre o caso.

BARÃO DE MESQUITA

Iphan aprova tombamento do antigo prédio do DOI-Codi

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovou ontem o tombamento do prédio onde funcionou, na ditadura militar, o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), no Rio de Janeiro.

O local será reconhecido como bem do patrimônio nacional, sob a perspectiva da preservação da verdade e da memória do período da ditadura civil-militar (1964-1985).

Localizado nos fundos do 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca, na zona norte do Rio de Janeiro, o imóvel foi palco de sistemáticas violações aos direitos humanos entre as décadas de 1960 e 1980.

No local, funciona até hoje o 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE). A partir de 1970, o batalhão abrigou também o DOI-Codi.

O local, conforme revelou a Comissão Nacional da Verdade, foi onde o ex-deputado Rubens Paiva foi morto, após ter sido preso e passar por tortura.

O tombamento garante que o imóvel não seja demolido, nem sofra alterações ou reformas que possam descaracterizar sua função original durante os anos de repressão. Além disso, o prédio, com o tombamento servirá uma advertência histórica contra a repetição dessas práticas próprias de regimes autoritários.

Segundo o Iphan, a preservação da estrutura física é fundamental para a política de justiça de transição, servindo como um registro material que impede o apagamento da memória das vítimas. O pedido de tombamento ressalta que o local não é apenas um prédio militar, mas um símbolo do aparato repressivo do Estado brasileiro.

LOCAL DE TORTURA

O dossiê do Iphan destaca que o prédio sofreu modificações arquitetônicas específicas para facilitar a prática de crimes. Portas de acesso exclusivo foram criadas para evitar que presos fossem registrados oficialmente, e as celas, como a notória "Maracanã", foram projetadas para isolar e torturar detentos à margem da lei.

O local funcionava como uma unidade de inteligência onde o sequestro e o assassinato eram métodos comuns de operação.

Ex-presos políticos descreveram o uso recorrente de choques elétricos, pau de arara, afogamentos e agressões físicas severas. As torturas muitas vezes resultavam em morte ou sequelas físicas e psicológicas permanentes para aqueles que sobreviveram ao cárcere ilegal.

A investigação se baseou, entre outras informações, em declarações de militares que atuaram na unidade e que admitiram, em depoimento, que as ordens para capturas e interrogatórios eram frequentemente verbais e desprovidas de qualquer mandado judicial, confirmando o caráter clandestino das operações.

REPARAÇÃO SIMBÓLICA

A preservação do local, com a possível organização de um espaço de memória, é vista como uma forma de reparação simbólica às vítimas e aos seus familiares, que há décadas buscam o reconhecimento oficial das atrocidades cometidas no local.

A conselheira relatora, Cristina Meneguello, destacou que o tombamento do antigo DOI-CODI deve abrir caminho para o reconhecimento de outros espaços ligados à repressão durante a ditadura militar.

"Que este tombamento não seja compreendido como 'exemplar suficiente' do tema, de modo a levar ao indeferimento novos pedidos de atribuição de valor a locais relacionados à ditadura militar no país", afirmou

Agora o prédio será inscrito no Livro do Tombo, assegurando que o patrimônio nacional reflita com fidelidade os episódios que moldaram a história contemporânea do Rio de Janeiro e do país, garantindo o direito à memória para as futuras gerações.

ESPECIAL

Marketing em 2027: inteligência artificial,

comportamento do consumidor e eficiência devem orientar investimentos

PEXELS



POR REDAÇÃO

Os investimentos em publicidade no mundo devem alcançar US$ 1,46 trilhão em 2027, com crescimento de 8,4%, segundo projeções da WARC, consultoria britânica de inteligência de mercado. Em relatório divulgado em novembro, a instituição identificou cinco tendências que devem orientar as estratégias de marketing das empresas no próximo ano, entre elas a expansão da inteligência artificial (IA), as mudanças nas redes sociais, o consumo de vídeos curtos e os impactos das alterações climáticas nos hábitos de compra.

O estudo, intitulado *The Marketer's Toolkit 2027*, reúne informações de mais de mil profissionais de marketing de diferentes países. De acordo com o levantamento, apenas 46% dos entrevistados esperam uma melhora nas condições de negócios em 2027, o que representa uma redução de quase 20 pontos percentuais em três anos. Apesar da queda no otimismo, diminuiu a proporção de profissionais que preveem cortes no orçamento.

Entre as mudanças previstas está a participação da inteligência artificial nas decisões de compra. Segundo a pesquisa, 69% dos profissionais esperam que os consumidores utilizem agentes de IA para pesquisar produtos nos próximos três anos. Entretanto, somente 8% acreditam que as compras serão delegadas integralmente à tecnologia.

Estimativas da WARC e da agência PHD indicam que os gastos dos consumidores intermediados por agentes de inteligência artificial devem passar de US$ 944 bilhões em 2026 para US$ 3,4 trilhões em 2030. O cenário deve levar empresas a rever suas estratégias de divulgação, considerando também a maneira como essas ferramentas pesquisam, comparam e recomendam produtos e serviços.

No Brasil, a incorporação da tecnologia já apresenta crescimento. Dados da pesquisa TIC Empresas 2025, realizada pelo Cetic.br, mostram que 17% das empresas brasileiras utilizavam recursos de inteligência artificial, ante 13% em 2024. Entre as companhias de grande porte, o percentual passou de 38% para 50% no período.

Redes sociais e inteligência artificial devem transformar o marketing em 2027

A distribuição de conteúdo nas redes sociais também deve influenciar a destinação dos recursos das empresas. Com as plataformas priorizando recomendações por algoritmos, o alcance das publicações passa a depender menos do número de seguidores. Embora 43% dos anunciantes avaliem que a publicidade nesses canais está perdendo eficiência, a WARC estima que os investimentos nas redes sociais alcancem US$ 394,6 bilhões em 2026, avanço de 21,3% em relação ao ano anterior.

Nesse contexto, os vídeos de curta duração devem continuar disputando a atenção dos consumidores. Apesar de 83% dos profissionais reconhecerem a popularidade do formato, 40% questionam sua capacidade de produzir os mesmos resultados de construção de marca proporcionados pela televisão, pelo cinema e pelos eventos.

Aditya Kishore, diretor de inteligência de mercado da WARC, avalia que a compreensão das transformações no setor poderá contribuir para o crescimento das empresas, mesmo diante das pressões econômicas.

"Uma maior compreensão dessas mudanças emergentes no mercado pode ajudar a impulsionar o crescimento das marcas", afirma o especialista, em tradução livre.

As mudanças climáticas também integram as projeções para 2027. O aumento das temperaturas interfere na circulação de consumidores, na demanda por produtos e no calendário de campanhas de setores como turismo, alimentação e varejo. Entretanto, 45% dos profissionais entrevistados ainda não avaliaram com profundidade os impactos do calor sobre seus segmentos.

Outro desafio será preservar a confiança dos consumidores diante da adoção da inteligência artificial na produção de campanhas. Enquanto a tecnologia permite reduzir custos e personalizar anúncios, seu uso exige atenção à transparência e à supervisão humana. A capacidade de conciliar inovação, produtividade e relacionamento com o público deverá integrar o planejamento das empresas em 2027.

Nota

POLÍCIA DO RIO PRENDE MAIS DOIS ENVOLVIDOS EM AGRESSÕES A PROFESSOR

Policiais da 5ª DP prenderam, ontem, mais dois envolvidos nas agressões ao professor, ator e escritor, André Luis Oliveira, conhecido como André Aires. Ele foi espancado nas imediações da Praça da Cruz Vermelha, centro do Rio de Janeiro, na manhã do domingo dia 15 de novembro. O professor está internado no Hospital Municipal Miguel Couto e permanece em estado grave, segundo a Secretaria Municipal de Saúde.

PERDENDO A PACIÊNCIA

Michelle critica Bolsonaro: 'podia ajudar um pouquinho'

GIOVANNA MASSARO/AE

A ex-primeira-dama e senadora eleita, Michelle Bolsonaro (PL-DF), comentou ontem, sobre o prato favorito Jair Bolsonaro, a sardinha à parmegiana, e postagens irônicas feitas nas redes sociais a respeito do tema. Michelle disse que, caso o ex-presidente mastigasse melhor os alimentos, poderia "ajudar um pouquinho".

Nos últimos dias, internautas fizeram postagens ironizando o prato favorito do ex-presidente, que está internado com uma suboclusão no intestino. Os posts alegam que a sardinha à parmegiana é um prato pouco balanceado.

A ex-primeira-dama afirmou que o alimento é "super recomendado", feito com molho natural e queijo sem lactose. "Deixem a sardinha em paz", pediu Michelle.

Jair Bolsonaro está internado desde o dia 20 deste mês, com um quadro de suboclusão intestinal e broncopneumonia, na Unidade de Terapia Intensiva de um hospital em Brasília. Antes, o ex-presidente estava em sua casa, cumprindo prisão domiciliar pela trama golpista.

No sábado passado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes liberou a visita dos filhos ao ex-presidente no hospital, mas proibiu celulares e câmeras.

ORÇAMENTO

Dos EUA, Flávio lista R$ 79,3 milhões em emendas para 2027

LÓREN SOUZA/AE

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) indicou R$ 79,382 milhões em 14 emendas parlamentares para o Orçamento de 2027. Atualmente, ele está nos Estados Unidos, para onde fugiu após perder a eleição deste ano.

Os valores constam no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2027, sob relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que será analisado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). A aprovação da proposta depende de votação em sessão conjunta do Congresso Nacional, o que deve ocorrer em 17 de dezembro.

De acordo com o recibo de entrega das emendas individuais, do total, seis emendas são voltadas a projetos de saúde; quatro delas são verbas para as Forças Armadas; três para projetos de segurança pública; e uma intitulada "administração da unidade". Nove delas são para localidades do Estado do Rio de Janeiro, berço eleitoral de Flávio. Já as demais têm aplicação nacional.

Os recursos podem ser barrados em caso de judicialização, o que já teve precedente. No ano passado, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino proibiu o Poder Executivo de receber ou executar cerca de R$ 80 milhões em emendas parlamentares individuais apresentadas por Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ) no Orçamento de 2026.

Na decisão, Dino afirmou que os dois se encontravam fora do País e não exerciam o mandato de maneira regular, o que configurava impedimento técnico e violava princípios constitucionais da legalidade e da moralidade.

Flávio Bolsonaro fugiu para os Estados Unidos no dia 27 de outubro, dois dias depois de perder as eleições para Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ao deixar o Brasil, o senador descumpriu uma ordem judicial que determinava a entrega de passaportes e a proibição de sair do País.

INVESTIGAÇÕES

O ex-presidenciável está sendo investigado em dois inquéritos no STF, por suspeita de lavagem de dinheiro em sua relação com o advogado Willer Tomaz e pedidos de recurso financeiro para o banqueiro Daniel Vorcaro para produção do filme "Dark Horse". Em 2027, Flávio ficará sem foro privilegiado pela primeira vez em 24 anos.

SENADO

PL que proíbe fiança para motorista bebado que matar é aprovado

ADRIANA VICTORINO/AE

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira, um projeto de lei que torna inafiançável o crime de homicídio cometido por motoristas sob efeito de álcool ou drogas. A proposta também impede a concessão de graça, indulto e anistia nesses casos e determina a prisão em flagrante.

O Projeto de Lei (PL) 1.229/2024 altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e estabelece a obrigatoriedade de testes para identificar o consumo de álcool ou outras substâncias psicoativas por condutores envolvidos em acidentes de trânsito ou submetidos a fiscalizações, como blitzes.

Pelo texto aprovado, os motoristas deverão ser submetidos a testes de alcoolemia ou toxicológicos, exames clínicos, perícias ou outros procedimentos técnicos ou científicos capazes de identificar a influência dessas substâncias. Os procedimentos deverão seguir as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

O projeto também prevê que a comprovação da alteração da capacidade psicomotora do motorista poderá ser feita por meio de exames, vídeos, depoimentos de testemunhas ou outros meios de prova admitidos legalmente, desde que seja assegurado o direito à contraprova.

PRÓXIMOS PASSOS

O projeto foi aprovado em caráter terminativo pela comissão, o que dispensa a votação no plenário do Senado, caso não haja recurso.

2027

CMO: relatório prevê corte de R$ 2,09 bi do Orçamento

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

LULA MARQUES/ABRASIL



A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional aprovou ontem o relatório preliminar do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, que prevê o cancelamento de R$ 2,09 bilhões em despesas discricionárias (não obrigatórias) do Executivo federal para atender emendas parlamentares.

O relator-geral, senador Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que pretende recompor recursos de áreas prioritárias, como saúde, educação e assistência social, durante a tramitação da proposta.

O corte representa 0,78% das despesas discricionárias do Executivo e poderá atingir ministérios como Saúde e Infraestrutura, além de programações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Fundo Nacional de Saúde concentra R$ 658,3 milhões dos cancelamentos previstos, quase um terço do total.

Braga afirmou que o relatório ainda será ajustado após a apresentação de emendas, a entrega dos pareceres setoriais e eventuais mudanças enviadas pelo governo. Por isso, os cortes indicados nesta etapa podem ser modificados ou não se concretizar integralmente.

RECOMPOSIÇÃO

Durante a discussão, parlamentares manifestaram preocupação com os efeitos dos cancelamentos sobre universidades, institutos federais e programas sociais.

Braga assumiu o compromisso de preservar iniciativas consideradas essenciais, como o Farmácia Popular, e afirmou que poderá ampliar dotações de áreas prioritárias caso haja espaço no Orçamento.

"De nossa parte, enquanto relator, tem aqui um compromisso, não apenas com os institutos federais de educação, universidades, mas também com programas que são extremamente sensíveis, como Farmácia Popular e outros tantos programas que não podem, sob hipótese nenhuma, sofrer nenhum tipo de corte orçamentário", afirmou o senador.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) também demonstrou preocupação com a possibilidade de novos contingenciamentos em 2027, diante da desaceleração econômica e da necessidade de cumprimento da meta fiscal.

"Eu acho que o grande debate do país hoje tinha que ser esse. Como nós cuidarmos para a economia não entrar numa recessão, haja visto que os sinais de desaceleração estão aí", declarou.

Lindbergh anunciou voto favorável ao relatório após obter o compromisso de recomposição de R$ 123 milhões destinados a universidades e institutos federais já na próxima semana.

EMENDAS

O Orçamento de 2027 prevê até R$ 57,5 bilhões para emendas parlamentares. Desse total, R$ 44,8 bilhões correspondem às emendas individuais e de bancada, de execução obrigatória.

A distribuição prevista é:

- R$ 28,5 bilhões para emendas individuais;
- R$ 16,3 bilhões para emendas de bancadas estaduais;
- Até R$ 12,7 bilhões para emendas de comissão.

O PLOA enviado pelo governo não reservou valor específico para as emendas de comissão, cuja execução não é obrigatória. Por isso, o relator prevê o limite máximo, mas ressalta que o atendimento dependerá do cancelamento de outras despesas.

"Na ausência de reserva específica, o atendimento dessas emendas dependerá do cancelamento de outras programações constantes do PLOA 2027", justificou Braga.

PRESSÃO FISCAL

O relatório preliminar estima as despesas primárias da União em cerca de R$ 3,4 trilhões. Desse montante, 91,7% correspondem a despesas obrigatórias e 8,3% a despesas discricionárias, que incluem investimentos e custeio da máquina pública.

Braga voltou a defender medidas para recuperar a capacidade de investimento do governo e criticou as taxas de juros cobradas no crédito rotativo e no cheque especial.

Ao mencionar juros de até 500% no rotativo do cartão, o senador questionou a falta de debate sobre o custo do crédito para famílias e empresas.

"Isso não tem nada a ver com déficit fiscal, isso não tem nada a ver com superávit fiscal, não tem nada a ver com corte de despesa primária e eu não vejo nenhum banqueiro falando sobre isso", afirmou.

PRÓXIMAS ETAPAS

Com a aprovação do relatório preliminar, os relatores das 16 áreas temáticas do Orçamento poderão analisar as emendas apresentadas por deputados, senadores, bancadas estaduais e comissões.

Após a votação dos pareceres setoriais, Braga consolidará as propostas no relatório-geral, que será submetido à CMO e, posteriormente, ao plenário do Congresso Nacional.

A expectativa é que o relatório final seja votado na comissão na semana de 14 de dezembro e, em seguida, apreciado pelo Congresso até o encerramento dos trabalhos legislativos, previsto para 23 de dezembro.

A votação do Orçamento também depende da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027. Enviado em abril ao Congresso, o projeto da LDO ainda não foi votado pelos parlamentares até agora.

TSE

Ministra relata ataques misóginos em razão de votos e fala de falta de apoio

LÓREN SOUZA/AE

A ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Estela Aranha, única mulher na Corte, relata ter recebido ofensas misóginas e ameaças de morte relacionadas a votos em julgamentos e que não recebeu apoio institucional ou pessoal dos colegas. As declarações foram feitas durante a sessão desta quinta-feira, do Tribunal.

Estela narra que recebeu as ofensas diretamente ou pelas redes sociais, além de ter tido dados pessoais e de familiares vazados, incluindo endereço antigo e outras informações sobre parentes.

Segundo a ministra, ela não teve apoio do Tribunal para apuração desse tipo de violência ou solidariedade dos outros ministros da Corte.

A fala ocorreu durante seu voto no julgamento de recurso contra a absolvição de Arthur Barbosa de Souza Filho, então presidente da Câmara de Vereadores de Cassilândia, feita pelo Tribunal Regional do Mato Grosso do Sul (TRE-MS). Ele teria praticado o crime de violência política de gênero contra uma vereadora.

"Quando eu recebi centenas de falas como essas, eu pedi apoio institucional e não tive. Eu acho que o tribunal deveria apurar quem faz esse tipo de violência contra a mulher e não houve apuração institucional. Sequer a solidariedade também dos colegas ministros que nunca demonstraram solidariedade pública ou privadamente", declarou.

Estela afirma que só após ameaças de morte recebeu apoio institucional e segurança.

Ela conta ainda que jornalistas procuraram ministros para falar sobre o caso, mas que eles não aceitaram comentar ou manifestar solidariedade ou reprimenda.

"Acho que é da boca para fora quando falam que querem mais mulheres em tribunais superiores ou a participação da mulher porque quando a gente se depara com situações concretas ao nosso lado e com colegas, absolutamente ninguém se importa", declarou.

Apenas o ex-ministro Antônio Carlos mandou mensagem de solidariedade e ofereceu apoio, relatou, por fim, a ministra.

AMAZONAS

PF realiza operação contra fraude de R$ 494 mil em benefícios assistenciais

LÓREN SOUZA/AE

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem, a Operação Não Compensa para apurar o uso de identidades e documentos falsos para obtenção fraudulenta de benefícios assistenciais no Amazonas.

De acordo com a PF, documentos com informações falsas estariam sendo usados para a criação de identidades inexistentes e a posterior solicitação de benefícios assistenciais.

Em nota, a PF afirma que o prejuízo é estimado em cerca de R$ 494 mil e que parte dos pagamentos indevidos foi suspensa ou encerrada.

Na ação, foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão com o objetivo de reter documentos, dispositivos eletrônicos e outros elementos que possam contribuir com as investigações e com a identificação de outros envolvidos.

Ainda segundo a PF, os investigados poderão responder pelos crimes de estelionato, com o agravante de ter sido cometido contra entidade pública, falsificação ou uso de documento falso e associação criminosa.

Durante a ação, a PF identificou o armazenamento irregular de combustível e prendeu em flagrante o responsável.

DOENÇA

OMS monitora nova variante da Covid em circulação no Brasil

BÁRBARA MARQUES/AE

REPRODUÇÃO/YOUTUBE



A Organização Mundial da Saúde (OMS) colocou sob monitoramento a variante PJ.2.1 do SARS-CoV-2, vírus causador da Covid-19. Descendente da ômicron, ela já é a linhagem predominante entre as amostras analisadas pela Fiocruz na cidade do Rio de Janeiro.

Além do Rio, a PJ.2.1 já tem presença confirmada em estados como São Paulo, Paraná, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Distrito Federal.

Embora a OMS considere baixo o risco adicional à saúde pública global, a linhagem possui maior capacidade de ligação ao receptor humano ACE2, usado pelo vírus para entrar nas células, em comparação com outras variantes, como a XFG. Especialistas apontam maior facilidade de transmissão.

O recente aumento de casos da doença, porém, não pode ser atribuído apenas à nova linhagem. Ralcyon Teixeira (**foto**), infectologista do Hospital Sírio-Libanês, explica que a baixa cobertura vacinal e a redução dos cuidados também precisam ser consideradas. "Só o monitoramento das próximas semanas vai dizer qual é exatamente o peso dela nesse aumento", afirma.

MONITORAMENTO

A classificação indica que a linhagem chamou a atenção pelas suas mutações e pela velocidade de disseminação, e precisa ser acompanhada de perto.

A maior transmissibilidade, contudo, não significa necessariamente uma doença mais grave. "Até agora, não temos nenhum sinal de que ela provoque quadros mais graves, nem de que escape de forma importante da proteção das vacinas. Por isso a OMS considera baixo o risco adicional", explica Teixeira.

Segundo o infectologista, outras linhagens surgidas desde a ômicron também ganharam espaço pela facilidade de transmissão e, posteriormente, foram substituídas. A vigilância permite acompanhar esse movimento e identificar possíveis mudanças no comportamento do vírus.

OS SINTOMAS

A infectologista Raquel Stucchi, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e integrante da Sociedade Brasileira de Infectologia, afirma que, até o momento, a PJ.2.1 não tem sido associada a uma maior gravidade dos casos. "Os sintomas são muito semelhantes a qualquer outro quadro de infecção por vírus nas vias respiratórias", diz.

Entre eles estão febre, dor no corpo, coriza, tosse, rouquidão e dor de garganta. Essas manifestações não permitem distinguir a Covid-19 de outras infecções respiratórias nem identificar a variante responsável.

A ausência de indicação de maior gravidade também não significa que a doença deixou de oferecer risco. "A covid continua tendo potencial de causar casos graves, internações e mortes, principalmente em idosos, pessoas com a imunidade comprometida e com doenças crônicas", ressalta Teixeira.

Raquel orienta o uso de máscara enquanto houver sintomas respiratórios para reduzir a transmissão, sobretudo para pessoas mais vulneráveis. A precaução deve começar antes mesmo da confirmação do diagnóstico.

Por que procurar atendimento logo no início dos sintomas?

Para quem faz parte dos grupos de risco, Raquel recomenda atendimento médico presencial assim que os sintomas aparecerem. Identificar a infecção cedo permite avaliar se há indicação de um medicamento antiviral para reduzir o risco de agravamento.

Teixeira reforça que a avaliação deve ocorrer mesmo quando os sintomas são leves porque esses medicamentos funcionam melhor quando iniciados nos primeiros dias de infecção. A indicação depende das condições clínicas de cada paciente.

Além disso, sinais de agravamento exigem atenção independentemente de a pessoa pertencer a um grupo de risco. O infectologista cita falta de ar, cansaço intenso, dor no peito, confusão e febre persistente entre os motivos para procurar atendimento.

A vacina protege contra a nova variante?

Raquel afirma que as vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS) oferecem proteção contra a PJ.2.1, principalmente para evitar formas graves da doença.

Teixeira explica que, em estudos de laboratório, a linhagem foi neutralizada por anticorpos de pessoas que receberam vacinas atualizadas. "A expectativa é que a vacina continue protegendo bem contra as formas graves da doença, as internações e os óbitos, que são o objetivo principal da vacinação", afirma.

A preocupação é que a maior facilidade de transmissão aumente o número de infecções entre pessoas vulneráveis que estão com a vacinação atrasada.

"No momento, nossa preocupação é que, como essa variante se transmite mais, nós tenhamos quadros mais graves na população que deveria ser vacinada e que não está se vacinando", alerta Raquel.

QUEM VACINAR?

Raquel destaca crianças menores de 5 anos, gestantes, idosos e pessoas imunossuprimidas entre os públicos que precisam manter a vacinação atualizada.

Quem nunca se vacinou ou está com doses atrasadas deve procurar uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para verificar o esquema indicado.

FRAUDE

PGR denuncia Gustavo Gayer por desvio de cota parlamentar

FELIPE PONTES/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) denúncia contra o deputado Gustavo Gayer (PL-GO), na qual o acusou de chefiar esquema de desvio da cota parlamentar, verba pública destinada ao custeio da atividade do gabinete.

O deputado - que foi eleito em outubro para mandato de oito anos como senador, com início em fevereiro - foi acusado dos crimes de associação criminosa, peculato (apropriação de bem do qual tem posse por causa do cargo) e uso de documento falso.

A acusação, apresentada na quarta-feira passada, é assinada pela subprocuradora-geral da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen.

Segundo a denúncia, a Polícia Federal (PF) concluiu que o parlamentar idealizou e liderou um esquema para desvio do dinheiro público mediante contratação de empresa de fachada.

Além disso, Gayer utilizou um imóvel alugado com recursos da Câmara dos Deputados para sediar sua escola particular de idiomas em Goiânia, ao custo mensal entre R$ 6 mil e R$ 6,5 mil, descreve a acusação.

Ainda segundo a denúncia, funcionários do gabinete foram arregimentados para administrar os negócios pessoais do senador eleito. Com esse objetivo, R$ 24 mil foram desviados com a emissão de notas fiscais falsas, diz a acusação.

"A associação se estruturou a partir do mandato eletivo do parlamentar, o qual arregimentou e articulou assessores formais, colaboradores informais, profissionais técnicos e parentes para a execução contínua de um estratagema criminoso", descreve a denúncia da PGR.

As investigações tiveram como ponto de partida a apreensão do celular de João Paulo de Sousa Cavalcante, ex-assessor de Gayer, que foi condenado pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. A PF relatou ter encontrado no aparelho mensagens sobre a simulação de um contrato para remunerá-lo com recursos da cota parlamentar.

Além do parlamentar, outras 24 pessoas foram denunciadas, incluindo assessores e aliados. O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes, que agora deverá abrir prazo para a manifestação das defesas.

A decisão sobre o recebimento da denúncia, com a consequente abertura de ação penal, caberá à Primeira Turma do STF. Em caso de rejeição, o caso deverá ser arquivado.

Em uma rede social, Gayer publicou um vídeo de oito minutos no qual afirma que no endereço em Goiânia alvo da investigação funciona seu escritório político e que sua escola de idiomas não funciona no local desde 2020. O deputado chamou o inquérito de "vergonhoso" e "risível".

"Eu não vou me curvar! Mesmo que isso significa que a minha prisão. É isso que tenho a dizer da denúncia do PGR no inquérito do Moraes contra mim. Sabe qual é a maior piada disso tudo? Eu estou sendo acusado de desvio de dinheiro público por uma pessoa recebeu dinheiro de um mafioso para protegê-lo", diz a legenda do post.

OBSERVATÓRIO

Restauração de biomas no Brasil mais do que triplica em 5 anos

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Nos últimos cinco anos, as áreas em processo de restauração no Brasil mais do que triplicaram: passaram de 79 mil hectares em 2021, para 262 mil hectares em 2026, uma variação de 231,6%. Os dados são do Observatório da Restauração (OR), iniciativa da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

Em relação a 2025, o crescimento foi de 29%, com novos 58,3 mil hectares de área mapeada. Parte do aumento inclui projetos que já estavam em andamento, mas ainda não integravam a base de dados.

O levantamento destaca os números do Pará. O município de São Félix do Xingu, historicamente associado às altas taxas de desmatamento na Amazônia, saltou da 14ª para a primeira posição no ranking nacional de áreas em restauração cadastradas. Houve acréscimo de 19,6 mil hectares em um ano, quase dez vezes mais.

Altamira (PA) passou da 198ª para a quarta posição, depois do acréscimo de 6,9 mil hectares. Segundo o estudo, os resultados refletem principalmente projetos de restauração em unidades de conservação federais.

Segundo a coordenadora de Relações Institucionais da Coalizão Brasil e secretária executiva do Observatório da Restauração, Tainah Godoy, mapear áreas em processo de restauração é essencial para conhecer e promover as iniciativas.

"Ao reunir informações de diferentes organizações, conseguimos identificar onde estão esses esforços, compreender suas características e dar visibilidade a quem trabalha pela recuperação da vegetação nativa", diz Tainah.

Para Rubens Benini, colíder da Força-Tarefa Restauração da Coalizão Brasil e diretor de Florestas e Restauração da TNC Brasil, restaurar ecossistemas é fundamental para recuperar a biodiversidade e fortalecer territórios diante das mudanças climáticas.

"Mapear e monitorar as áreas em recuperação permite dimensionar os esforços em andamento, identificar oportunidades e oferecer subsídios para que os atores envolvidos planejem ações, direcionem recursos e acompanhem o cumprimento das metas nacionais de restauração", afirma Benini.

DIVISÃO POR BIOMAS

Em relação aos biomas brasileiros, a Mata Atlântica continua tendo a maior extensão de restauração cadastrada no Brasil: 153,7 mil hectares, equivalentes a 58,7% do total nacional. Desde 2025, a área registrada cresceu 17%, com a incorporação de 22,8 mil hectares.

Na Amazônia, a área mapeada passou de 39,6 mil para 63,8 mil hectares em um ano, crescimento de 61%. Além de São Félix do Xingu e Altamira, Porto Velho (RO), com 8,7 mil hectares, e Manicoré (AM), com 4,3 mil hectares, estão entre os dez municípios com mais restauração cadastrada no Brasil.

O Cerrado vem na terceira colocação, com aumento de 35%, passando de 31,6 mil para 42,8 mil hectares. O município de Figueirão (MS) se destaca por ocupar a segunda posição nacional, com 10,8 mil hectares associados a investimentos privados. Regeneração, no Piauí, com 4,6 mil hectares em restauração, é a sexta maior área do país, com destaque para o projeto Nascentes do Cerrado.

Caatinga, Pantanal e Pampa apresentam números baixos no levantamento. Juntos, os três biomas somam menos de 1% da área nacional cadastrada. O que, segundo o levantamento, tem relação com a baixa disponibilização de informações pelos coletivos regionais sobre as iniciativas locais.

TIPOS DE RESTAURAÇÃO

O levantamento também identifica diferentes estratégias de recuperação da vegetação nativa. A principal delas é a regeneração natural, presente em 46% da área cadastrada, ou aproximadamente 121 mil hectares.

Nesse modelo, a vegetação se recupera a partir da própria capacidade de regeneração do ecossistema. As intervenções são apenas para excluir os fatores de degradação. Uma das técnicas é isolar áreas com cercas para impedir a entrada de animais ou com a criação de aceiros (faixas de terreno sem vegetação) que evitam a ação do fogo.

Um dos exemplos é a Amazônia, onde a regeneração natural corresponde a 73% da área cadastrada.

Na Mata Atlântica, há um equilíbrio entre técnicas de isolamento (40%) e de plantio em área total (39%). Na Caatinga, há maior diversidade de técnicas, que incluem plantio e outras intervenções adaptadas às condições locais.

As diferenças também aparecem conforme o tipo de território. Em unidades de conservação, o isolamento é a técnica usada em 93% da área. Nas propriedades rurais, predomina o plantio em área total, presente em 43%.

Em relação às instituições participantes dos processos de restauração, a sociedade civil responde pela gestão de 90% e pela execução de 41%. O setor público é o principal financiador, presente em 52% das áreas, enquanto o setor privado responde pela execução de 30% e pelo financiamento de 22%.

RENEGOCIAÇÃO

Lula e Cleitinho debatem negociação de dívida de Minas

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador eleito de Minas Gerais, Cleitinho, se encontraram ontem no Palácio da Alvorada. O principal tema do encontro foi a dívida bilionária do estado com a União.

O presidente e o governador eleito debateram formas de negociar o pagamento dos cerca de R$ 180 bilhões de dívida do estado no âmbito do Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag). O ministro da Fazenda, Dario Durigan, participou do encontro. Lula tirou fotos com Cleitinho e registrou o encontro nas redes sociais.

"Tratamos do Propag e das condições de pagamento da dívida pelo governo de Minas. A equipe do governador eleito irá se reunir com técnicos do Ministério da Fazenda para tratar do assunto. Como disse o ministro Dario Durigan, presente à reunião, qualquer proposta do futuro governo mineiro sobre a dívida precisa estar enquadrada nos marcos legais e fiscais do Propag", escreveu o presidente.

DÍVIDA

O Propag possibilita a renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União por até 360 meses (30 anos). Ele apresenta mecanismos de amortização da dívida, permite a redução da taxa de juros a ser paga anualmente, e possibilita que essa taxa de juros seja revertida em investimentos no próprio estado, com foco na educação profissional técnica de nível médio.

Cleitinho e o procurador do estado Danilo Castro, que deve assumir a advocacia-geral do estado, conversaram com a imprensa após o encontro, que classificaram como "extremamente positiva". Segundo eles, foi apresentada a Lula e Durigan uma proposta de pagamento da dívida que, segundo Castro, é "bastante razoável" para os dois lados.

"Fizemos uma proposta dentro do Propag que é bastante razoável. Ou seja, atende às condições da legislação do Propag e é sensível à preocupação de impacto fiscal da união, que tem sido apresentada. Entendemos que receberá uma boa acolhida", destacou o procurador.

Uma reunião entre técnicos do governo federal e do governo mineiro está marcada para amanhã. Outras devem ocorrer a partir da semana que vem.

Segundo Cleitinho, o atual governo do estado se baseava em uma liminar da Justiça para não pagar a dívida. Mas afirmou que honrará o compromisso.

"Eu, como mineiro, quero pagar essa dívida, desde que seja de uma forma que eu consiga pagar. Essa culpa eu não carrego, mas nós vamos resolver a partir de janeiro".

PACIFICAÇÃO

Cleitinho saiu do encontro reiterando o seu desejo de pacificar o país politicamente. Ele é filiado ao Republicanos e foi senador até se licenciar para se candidatar a governador. O partido, que chegou a assumir o ministério de Portos e Aeroportos no governo de Lula, tem um alinhamento maior com a direita na maior parte dos temas.

COVARDIA

Israel usa palestinos para forçar Hamas a entregar as armas

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O ministro da Defesa, Israel Katz, ameaçou deslocar um milhão de palestinos caso o Hamas não se desarme voluntariamente A ameaça foi feita em postagem no X ontem. Katz afirmou que, se o grupo não entregar as armas e Gaza não for desmilitarizada conforme o plano do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as Forças de Defesa de Israel (FDI) farão isso por meio de uma nova operação militar.

Segundo ele, a ofensiva incluirá a retirada de um milhão de moradores para o sul do território e a "limpeza" da área, seguindo o modelo de Rafah e Beit Hanoun. Na publicação, o ministro disse que 70% do território de Gaza está destruído e sob controle das FDI, incluindo o corredor da fronteira com o Egito, que, segundo ele, busca impedir o contrabando e o rearmamento do Hamas. No entanto, ele classificou como "ilusão" o controle do grupo sobre os 30% restantes e afirmou que o objetivo de Israel é eliminar o governo do Hamas e destruir armas e túneis.

Katz também afirmou que as FDI mataram, durante a noite, Khaled Abu Nada, a quem identificou como responsável pelas áreas de Economia e Educação do Hamas em Gaza, além de outro dirigente do grupo. Ele declarou que comandantes do Hamas e pessoas envolvidas nos ataques de 7 de outubro estão sendo perseguidos.

O ministro acrescentou que Israel organizará a saída de moradores que queiram deixar Gaza, sem apresentar detalhes sobre como seria feita essa transferência nem sobre o destino dos palestinos deslocados.

GENOCÍDIO

Na Faixa de Gaza, ataques israelenses deixaram dez palestinos mortos, segundo autoridades hospitalares, informou a Associated Press. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, e o ministro da Defesa, Israel Katz, anunciaram a morte de Khaled Abu Nada, responsável por assuntos econômicos e educacionais do Hamas no enclave.

Apesar das tensões regionais, o Ministério dos Transportes de Israel anunciou que os voos diretos da FlyDubai entre o país e Dubai poderão ser retomados. A companhia já comercializa passagens para voos a partir de 3 de dezembro.

TRUMP É IGNORADO

Kim promete ampliar arsenal nuclear da Coreia do Norte

O líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un, visitou instalações de produção de materiais nucleares e defendeu a fabricação de mais armas atômicas, dias após ignorar a oferta do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de se reunir com ele durante sua recente viagem à Ásia.

Especialistas avaliam que Kim pretende demonstrar o avanço de seu arsenal nuclear, pilar de sustentação de seu regime autoritário, e reafirmar sua rejeição a futuras negociações sobre o desmantelamento do programa nuclear norte-coreano.

A agência estatal de notícias da Coreia do Norte (KCNA, na sigla em inglês) informou ontem que Kim inspecionou duas fábricas de materiais nucleares, uma recém-inaugurada e outra em processo de expansão. Imagens divulgadas pela agência mostraram Kim e altos funcionários militares caminhando entre fileiras do que aparentavam ser centrífugas de enriquecimento de urânio e visitando salas onde estariam expostas ogivas nucleares.

Kim também visitou uma unidade de produção de equipamentos movidos a energia nuclear e um instituto de pesquisa nuclear na quarta-feira. Pyongyang não informou a localização das fábricas inspecionadas pelo líder.

Segundo a KCNA, Kim afirmou que as visitas fazem parte dos esforços para fortalecer as capacidades de defesa da Coreia do Norte em resposta às "ameaças nucleares variáveis que se aproximam da Península Coreana a cada momento". O líder acusou os EUA de incentivar seus aliados regionais a adquirir submarinos de propulsão nuclear e de se comprometer a compartilhar armas nucleares com eles.

"A validade e a importância concreta da nossa posse de armas nucleares e a tendência de fortalecimento qualitativo e quantitativo da nossa capacidade nuclear são uma realidade irreversível", afirmou Kim.

O líder também classificou como crucial e urgente a implantação de armas nucleares táticas, diante da "realidade inevitável de compartilhar uma fronteira com o Estado inimigo mais perigoso", em referência à Coreia do Sul.

"Trump falou sobre sua disposição de se reunir com Kim Jong-un, mas a posição fundamental dos EUA de que a Coreia do Norte deve se desnuclearizar permanece inalterada. Então, Kim Jong-un quer dizer: 'Vejam como somos poderosos. Não falem em desnuclearização se quiserem se reunir conosco'", afirmou Moon Seong Mook, analista do Instituto de Pesquisa de Estratégia Nacional da Coreia, sediado em Seul.

Segundo Moon, a visita provavelmente também teve como objetivo avaliar os progressos do programa nuclear neste ano e estabelecer metas futuras antes de uma conferência do Partido dos Trabalhadores no fim do ano.

O Ministério da Defesa da Coreia do Sul afirmou levar a sério as declarações de Kim sobre armas nucleares táticas e ressaltou que Seul mantém sua prontidão militar diante das ameaças de Pyongyang, no âmbito da aliança com Washington.

Trump reiterou seu interesse em retomar a diplomacia com Kim durante sua visita à China na semana passada, para a cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec). O encontro, contudo, não ocorreu, e Pyongyang não respondeu publicamente à proposta.

Em entrevista ao New York Post nesta semana, Trump rejeitou a sugestão de que Kim tenha ignorado sua iniciativa. "Haverá um momento em que nos reuniremos. ... Simplesmente não era o momento certo. Foram dois dias muito movimentados", disse

O republicano também afirmou que poderia retomar a diplomacia com Kim a qualquer momento, restabelecendo a troca de cartas que os dois mantiveram durante seu primeiro mandato.

Kim já afirmou que poderia voltar a negociar caso os EUA abandonassem sua "política hostil" e respeitassem a condição da Coreia do Norte como Estado nuclear. Especialistas avaliam que o líder busca reconhecimento internacional desse status para poder exigir a suspensão de sanções.

Na semana passada, o diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, afirmou que a Coreia do Norte tem ampliado sua instalação original de enriquecimento de urânio em Yongbyon, classificando a iniciativa como "motivo de séria preocupação".

EL NIÑO

Famoso píer na Califórnia é destruído por ondas gigantes

Uma onda de grandes proporções arrancou parte do píer municipal de Pacifica, na Califórnia, e lançou a estrutura ao oceano Pacífico na quarta-feira, em meio a marés excepcionalmente altas e ondas fortes na costa oeste dos Estados Unidos. O desabamento atingiu a extremidade do píer, que estava fechado desde junho por problemas estruturais.

Imagens divulgadas nas redes sociais mostram o momento em que a força das ondas atinge a ponta da estrutura, que cede e cai no mar. O píer tem cerca de 350 metros de extensão e formato de L.

A interdição havia sido determinada em junho, após engenheiros identificarem rachaduras, deslocamentos e danos em partes da estrutura. A deterioração se agravou ao longo dos meses, e a cidade de Pacifica declarou situação de emergência local para viabilizar medidas de resposta e recuperação.

O colapso ocorreu durante um período de marés excepcionalmente altas, conhecidas como king tides, e ondas intensas que atingiram diferentes áreas da costa californiana. A combinação de fatores astronômicos e climáticos contribui para essas condições. Entre os fenômenos que podem influenciar o comportamento do oceano está o El Niño, associado a mudanças na temperatura das águas do Pacífico e nos padrões de circulação atmosférica.

O Serviço Nacional de Meteorologia dos Estados Unidos (NWS) emitiu alertas para inundação costeira e mar agitado, com previsão de ondas que poderiam alcançar de 6 a 9 metros em trechos do litoral.

Além do píer, ruas e áreas residenciais de comunidades costeiras foram atingidas pela água. Em Pacifica, trechos de vias próximas à orla ficaram inundados, enquanto autoridades recomendaram que moradores e visitantes evitassem praias e áreas próximas ao mar diante do risco provocado pelas ondas, correntes e destroços.

As marés altas também afetaram outras localidades da Califórnia, com registros de alagamentos em ruas, residências e áreas próximas à costa. Em Stinson Beach, no condado de Marin, autoridades chegaram a emitir alertas para moradores de casas próximas à praia diante do risco de inundação.

UCRÂNIA

Zelenski: Rússia prepara ofensiva contra infraestrutura energética

A Rússia está preparando outro ataque de grandes proporções contra a infraestrutura energética, a logística e os serviços essenciais da Ucrânia, afirmou ontem, o presidente ucraniano, Volodmir Zelenski. Enquanto isso, o enviado americano Jared Kushner declarou que o presidente russo, Vladimir Putin, tem "demonstrado moderação" na guerra ao concordar em não utilizar armas nucleares.

Kushner, que atua como mediador nas negociações entre Rússia e Ucrânia ao lado do enviado Steve Witkoff, afirmou que, após longas conversas com Putin, acredita que o líder russo deseja a paz, quase cinco anos depois da invasão da Ucrânia por Moscou.

Putin "concordou em não usar armas nucleares, o que obviamente é algo muito importante, e nos garantiu que essa não é sua intenção", afirmou Kushner no podcast MD Meets, da Axel Springer Creators.

Kushner, que é genro do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, acrescentou que "o que (Putin) está dizendo é que quer a paz, mas acho que a questão é sempre em quais condições", uma vez que as negociações chegaram a "um certo impasse" sobre o destino dos territórios ucranianos.

Zelenski e líderes europeus têm criticado Putin pelo que descrevem como a recusa de Moscou em fazer concessões e sua determinação em prosseguir com uma invasão que matou centenas de milhares de militares e milhares de civis ucranianos.

Segundo Kushner, Putin deseja estabelecer uma nova relação com Washington, enquanto a Rússia busca manter a Otan afastada de suas fronteiras.

Trump afirmou ontem, nas redes sociais, que gostaria de ver Putin "recuar em toda a agressão militar contra territórios em toda a Europa, na esperança de que um acordo possa ser alcançado entre Rússia e Ucrânia, e rapidamente".

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, afirmou nesta quinta-feira que os Estados Unidos estão abordando as negociações sobre a Ucrânia com a compreensão de que é necessário eliminar o que Moscou chama de "causas fundamentais" do conflito, incluindo "a criação de ameaças à segurança da Rússia bem em nossas fronteiras".

Washington está "aberta ao diálogo" e interessada em contatos diplomáticos, afirmou Lavrov em declarações publicadas no site do Ministério das Relações Exteriores russo.

Ucrânia corre para reparar rede elétrica e reforçar defesas aéreas

Informações dos serviços de inteligência ucranianos indicam que Moscou está "concluindo os preparativos para um novo ataque de grandes proporções", afirmou Zelenski nas redes sociais.

Desde o início da invasão, ataques russos com mísseis e drones têm atingido duramente a rede elétrica da Ucrânia, matado civis e prejudicado a economia do país.

"Os russos continuam atacando subestações, linhas aéreas de transmissão de energia e toda a rede elétrica", acrescentou Zelenski, em uma ofensiva que, segundo Kiev, busca privar a população civil de eletricidade, aquecimento e água encanada com a aproximação do inverno.

A Ucrânia está pressionando seus parceiros a fornecer mais equipamentos de defesa aérea, afirmou Zelenski, especialmente mísseis interceptadores para os sistemas Patriot, de fabricação americana, capazes de deter mísseis balísticos russos, mas cuja disponibilidade tem sido limitada desde o início da guerra no Irã.

Equipes trabalham para restabelecer o fornecimento de eletricidade em seis regiões ucranianas depois que a Rússia lançou mísseis balísticos e 113 drones durante a noite, segundo Zelenski.

A Força Aérea da Ucrânia informou que 20 locais foram atingidos. Os ataques atingiram um prédio residencial e danificaram um hospital, uma instalação esportiva, estabelecimentos comerciais e um posto de combustível, segundo autoridades.

EUA

Trump acusa BEA de divulgar 'dados falsos' para interferir nas eleições

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, acusou o Escritório de Análise Econômica (BEA, na sigla em inglês) de divulgar "dados econômicos falsos" antes da eleição americana de meio de mandato e sugeriu que as publicações teriam interferido no pleito.

Em mensagem na Truth Social pelo Dia de Ação de Graças, ele afirmou que o órgão corrigiu os números três semanas depois, indicando crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,3%, em vez de 3,4%, e pediu uma investigação. Trump não apresentou evidências de que os dados tenham sido divulgados para influenciar a eleição.

Em tom irônico, o presidente disse estar grato também a pessoas que, segundo ele, tentam levar o país à "extrema esquerda", defendem a redistribuição de patrimônio e querem mudar o sistema judicial para um com base na sharia - conjunto de leis e diretrizes morais do Islã. Ele ainda mencionou a comunidade somali nos EUA e agradeceu aos 2% que, segundo ele, trabalham sem assistência do governo e defendeu que os demais sejam expulsos, citando Minnesota.

Trump também ironizou jornalistas e cidadãos que criticaram as obras na Casa Branca, defendendo a manutenção realizada em janelas quebradas, colunas deterioradas e molduras danificadas, além da construção de um salão de festas. Segundo ele, o edifício não recebia manutenção adequada havia anos.

Ao final, o presidente dirigiu agradecimentos em tom sarcástico a imigrantes, chamando-os de criminosos e reiterando acusações de que entram ilegalmente nos EUA para cometer violência. Disse que muitos já foram enviados de volta a seus países de origem e que não retornarão.

"Um agradecimento aos assassinos, traficantes de drogas e criminosos de todos os tipos, tamanhos e origens, que entraram ilegalmente em nosso país - vindos de cadeias, prisões, instituições psiquiátricas e locais desconhecidos no exterior - para estuprar, saquear e matar cidadãos americanos em números recordes", escreveu.

"Um feliz Dia de Ação de Graças a eles, mesmo que estejam em terras distantes. Sentimos muito a falta de vocês, mas vocês nunca mais voltarão, e os Estados Unidos jamais permitirão que o que vocês nos fizeram aconteça novamente!", acrescentou.

Nota

SÉRVIA ANTECIPA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL PARA 27 DE DEZEMBRO APÓS VITÓRIA DE MOVIMENTO ESTUDANTIL

O presidente do Parlamento sérvio marcou ontem uma eleição presidencial antecipada para 27 de dezembro. A votação foi convocada após o ex-presidente Aleksandar Vucic renunciar ao cargo, em setembro, para tentar se tornar primeiro-ministro - uma iniciativa que acabou fracassando. A eleição presidencial ocorrerá depois que um movimento estudantil derrotou o Partido Progressista Sérvio (SNS), de direita, liderado por Vucic, nas eleições parlamentares antecipadas de 25 de outubro. Vucic e seu partido governaram o país por 14 anos, praticamente sem serem contestados. Após quase dois mandatos completos de cinco anos como presidente, ele tentou chegar ao cargo de primeiro-ministro. A lei, porém, o impedia de disputar um terceiro mandato presidencial. "Espero que tenhamos uma escolha difícil entre os principais candidatos e seus programas", afirmou o presidente do Parlamento, Aleksandar Cupic.